

UNIVERSIDADE SANTO AMARO
Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas

Vinícius Ferreira Lima

**INSERÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA: AVANÇOS E RECUOS**

SÃO PAULO
2022

UNIVERSIDADE SANTO AMARO
Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas

**INSERÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA: AVANÇOS E RECUOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Santo Amaro – UNISA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas. Bolsista parcial – UNISA.

Orientadora: Profa. Dra. Alzira Lobo de Arruda Campos.

SÃO PAULO
2022

L732i Lima, Vinícius Ferreira.

Inserção da diversidade sexual na educação brasileira: avanços e recuos / Vinícius Ferreira Lima. — São Paulo, 2022.

100 p.

Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) —
Universidade Santo Amaro, 2022.

Orientadora: Prof.^a Me. Dr.^a Alzira Lobo de Arruda Campos.

1. História da educação. 2. Interdisciplinaridade. 3. Diversidade sexual. I. Campos, Alzira Lobo de Arruba, orient. II. Universidade Santo Amaro. III. Título.

Vinicius Ferreira Lima

**INSERÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA: AVANÇOS E RECUOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas *Stricto Sensu* da Universidade Santo Amaro – UNISA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientadora: Profa. Dra. Alzira Lobo de Arruda Campos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2023.

Banca examinadora

Profa. Dra. Alzira Lobo de Arruda Campos (Orientadora)

Prof. Dr. Hermes Renato Hildebrand

Profa. Dra. Patrícia Margarida Farias Coelho

Conceito Final: _____

À minha mãe, que sempre me incentivou a investir nos estudos.

Agradecimentos

Agradeço inicialmente à minha orientadora, Dra. Alzira Lobo de Arruda Campos, que me acompanhou desde o início do curso, contribuindo construtivamente o desenvolvimento de minha pesquisa, com apontamentos, conversas e conselhos sobre os caminhos a serem seguidos no processo de produção textual.

Devo agradecimento à Universidade Santo Amaro (UNISA) pela disponibilização de bolsas de estudo, que me possibilitou ser contemplado com uma bolsa parcial no programa de mestrado durante os dois anos de curso. Sou grato pelo suporte financeiro que foi indispensável e pela preocupação com o incentivo a pesquisa científica que a universidade ofereceu com esta oportunidade.

Registro meus agradecimentos a todos os professores e professoras curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UNISA, que contribuíram imensamente com minha formação e pesquisa. Agradeço à Dra. Juliana Figueira da Hora por nossa parceria no Grupo de Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento (CISGES) que nos rendeu a publicação de um artigo. Agradeço as Dra. Maria Auxiliadora Fontana Baseio e Dra. Marília Gomes Ghizzi Godoy, pelo auxílio na participação de eventos.

Um obrigado muito especial para dois professores: à coordenadora do curso, Dra. Patrícia Margarida Farias Coelho, que possibilitou minha permanência no curso com ajuste de horários nas aulas, por ter acompanhado meu desenvolvimento como pesquisador e pelas dicas durante as aulas, sempre que escrevo sua voz ecoa em minha mente; ao Dr. Paulo Fernando de Souza Campos, por toda sua sensibilidade, atenção, preocupação e incentivo a pesquisa, o senhor é uma inspiração.

À Dra. Olga Brites, que durante minha especialização na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) me orientou em meu projeto de pesquisa, que virou esta dissertação.

Muito obrigado ao Dr. Marcio Caetano, que me inspirou com seus livros e foi super atencioso respondendo meus contatos, me fazendo ligações, fazendo convites para eventos. Obrigado pela representatividade.

Sou grato por todo apoio que tive de minha família para nunca desistir dos estudos, especialmente a minha mãe Laudelina Ferreira, que está presente comigo em todos os momentos de minha vida, me dando os melhores conselhos e sendo

meu porto seguro. Agradeço ao meu pai Carlos Porfírio de Lima, que garantiu meu acesso à universidade. Aos meus irmãos, aos meus parentes de consideração, Miguel, Raimunda e Elizabeth, que foram são presenças essenciais em minha vida.

Ao meu namorado Arthur Pitan Peixoto, pelo companheirismo e por ter sido meu apoio principal durante o desenvolvimento da pesquisa. Muito obrigado por todo o amor, incentivo e acolhimento.

Aos meus amigos e amigas, em especial à Débora Maria, Carolina Roque e Alex Santos. Aos colegas do mestrado e a todas as outras pessoas que contribuíram de alguma forma para que fosse possível finalizar este estudo.

“Um novo tempo há de vencer, pra
que a gente possa florescer.”

Johnny Hooker

RESUMO

A educação básica no Brasil passou por uma série de transformações, as quais, de acordo com seus devidos contextos, reproduzia aquilo que estava presente no discurso dominante. O que diz respeito à diversidade sexual, historicamente este tema foi considerado polêmico e acabou não sendo contemplado adequadamente no processo educacional. Pensando a pós-modernidade, a ascensão de novas identidades impulsiona a necessidade de um novo olhar para os indivíduos que estão à margem, incluindo os homossexuais, tornando a escola um ambiente para isso. Portanto, pelo viés interdisciplinar, queremos saber como as diferentes sexualidades aparecem nos documentos que orientam os currículos escolares e o que mudou desde os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) até a atual BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Como objetivo geral, o presente trabalho abordará as relações de poder presentes na educação, entendendo as questões sexuais como uma alternativa para a contestação do discurso dominante. Os objetivos específicos são: (i) analisar como a academia tem recebido pesquisas relacionadas a este tema; (ii) identificar na história da educação sexual como se transformou a abordagem das sexualidades até os dias atuais; (iii) comparar os documentos norteadores curriculares, PCNs e a BNCC a fim de identificar avanços ou lacunas na abordagem sobre identidades LGBTQIA+. A pesquisa justifica-se por problematizar os parâmetros e a legislação que fundamentam os currículos escolares, considerando as possíveis omissões sobre a diversidade sexual na educação básica. Para isso será realizado um estudo documental comparativo entre os documentos mencionados e também será aplicada a análise do discurso, a fim de identificar possíveis silenciamentos. Isto posto, ao final do trabalho será possível identificar se houve ou não avanços no tratamento sobre a diversidade sexual na educação.

Palavras-chave: história da educação; interdisciplinaridade; diversidade sexual.

ABSTRACT

Basic education in Brazil underwent a series of transformations, which, according to their respective contexts, reproduced what was present in the dominant discourse. Concerning sexual diversity, this topic was historically considered controversial and ended up not being properly contemplated in the educational process. Thinking about post-modernity, the rise of new identities urges the need for a new look at marginalized individuals, including homosexuals, making the school an environment for this. Therefore, from an interdisciplinary perspective, we want to know how the different sexualities appear in the documents that guide the school's curricula, and what has been changed since the PCNs (National Curricular Parameters) to the current BNCC (National Common Curricular Base). As a general objective, this research will address power relations present in education, understanding the sexuality subject as an alternative to contest the dominant discourse. The specific objectives are: (i) to analyze how the academic has been receiving researches related to this theme; (ii) to identify in the history of sex education how the approach to sexualities has changed up to the present day; (iii) to compare the curricular guiding documents, PCNs and BNCC, to identify advances or gaps in the approach to LGBTQIA+ identities. The research is justified by problematizing the parameters and legislation that guide the school's curriculum, considering the possible omissions about sexual diversity. For that, a comparative documentary study will be carried out between the mentioned documents. The discourse analysis will also be applied, to identify possible silencing. At the end of the study, it will be possible to understand whether or not there have been advances in the treatment of sexual diversity in education.

Keywords: history of education, interdisciplinarity, sexual diversity.

Lista de Abreviaturas

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BSH	Brasil Sem Homofobia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EBLGT	Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GALE	<i>Global Alliance for LGBT Education</i>
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT	Lésbica, Gay, Bissexual e Transexual
LGBTQIA+	Lésbica, Gay, Bissexual e Transexual, Queer, Intersexo, Assexual
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organização Não Governamental
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
USP	Universidade de São Paulo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

Introdução	12
1.Diversidade sexual nas produções acadêmicas	20
1.1 Estudos e autores de referência sobre educação e diversidade sexual.....	24
1.2 Pesquisas acerca de práticas pedagógicas e políticas públicas	27
1.3 Educação, historicidade e discursos	34
1.4 Aproximações e semelhanças nas produções acadêmicas	40
2.História da educação sexual no Brasil	43
2.1 Educação, sexualidade e poder	44
2.2 Da passagem do século XIX a metade do século XX	49
2.3 Da Guerra Fria à Pós-modernidade	55
2.4 Dos anos 2000 até a atualidade	63
3.Dos Parâmetros Curriculares Nacionais à Base Nacional Comum Curricular	71
3.1 O que é o currículo escolar	75
3.2 Os Temas Transversais dos PCNs e a tentativa de inserção do tema	77
3.2.1 Orientação Sexual nos PCNs.....	80
3.3 BNCC e o apagamento do debate acerca da sexualidade.....	88
Considerações finais	93
Referências	96

Introdução

Movimentos sociais possuem um histórico de lutas que nos remetem a várias décadas atrás, mediante as necessidades de mudanças nas estruturas das diversas sociedades, que, de alguma forma, têm marginalizado diferentes grupos sociais, em suas identidades e direitos historicamente conquistados. A partir da segunda metade do século XX, é notável a intensidade como essas coletividades passaram a exercer um espaço maior no cenário social, o que foi possível por meio de reivindicações. Como exemplo, temos o feminismo, que abriu portas para que as questões como gênero e sexualidade fizessem parte dos debates que estavam em alta naquele contexto. Nesse interim, com a ascensão dessas temáticas, pautas relativas à homossexualidade também aqueceram as discussões.

Observando a trajetória do Movimento LGBTQIA+, notamos que, desde a década de 1970, suas movimentações têm sido intensificadas, como o marco conhecido como a Revolta de *Stonewall*¹, que repercutiu no mundo inteiro. No Brasil, esse período contou com a efetiva construção de grupos, formados, em sua maioria, por intelectuais, bem como a elaboração de jornais que circulavam entre a comunidade gay e lésbica e a maior intensidade na busca por afirmação social e políticas públicas, o que foi aprofundado nas décadas seguintes, com a Parada do Orgulho LGBT e a conquista de ações afirmativas.

Tais transformações geraram reflexos no campo acadêmico, em que diversas áreas do conhecimento têm voltado suas pesquisas para essa temática. Assim, as universidades também se tornaram palco para os debates em torno das questões LGBTQIA+ nos diversos campos do conhecimento e, muitas vezes, refletiram essas demandas na sociedade, cultura e política.

A presente pesquisa tem um olhar interdisciplinar, pautado sobre como as áreas da educação e da História têm se dedicado cientificamente às produções acadêmicas acerca da diversidade sexual e como essa temática tem certa relevância para ser problematizada.

¹ Stonewall Inn era um bar na região de Nova Iorque frequentado por gays. Devido ao tipo de público que recebia, várias batidas policiais aconteciam no local. Até que, em 28 de junho de 1969, houve um levante contra esses atos de violência. O movimento foi violentamente confrontado pelas autoridades, porém, deixou sua marca e é considerado um dos grandes atos das conquistas LGBTQIA+.

Assim, por meio de uma perspectiva da uma sociedade, como descrita por Hall (2011), permeada de sujeitos pós-modernos, ou seja, em constante transformações e que pode ser cercada de várias identidades devido aos sistemas culturais que existem, é observado o rompimento de estruturas tradicionais já estabelecidas. Notamos a maneira pela qual diversos segmentos sociais passam a ter outro papel, trazendo à tona novos sujeitos e identidades e um debate aprofundado no campo da cultura e antropologia, que questiona padrões estabelecidos sobre sexualidade. Dessa forma, um novo viés de pensamento é estabelecido, rompendo paradigmas e fazendo com que diversas identidades obtivessem maior visibilidade e a alteridade fosse posta em questão.

Porém, apesar da academia ter se mostrado receptiva para estudos sobre orientação sexual, quando falamos a respeito da educação básica, é visto que há uma defasagem quanto à abordagem do tema em sala de aula. Considerando que a escola é um espaço para trabalhar, acolher e reconhecer as diferenças, é perceptível que, muitas vezes, essa função acaba sendo falha e as consequências disso são observadas na sociedade em geral, quando vemos atos homofóbicos, alunos com dificuldade em entender sua sexualidade ou identificarem-se com ela ou até mesmo a exclusão que esses indivíduos acabam sendo sujeitados.

Posto isto, é observada uma divergência entre o que é debatido no campo acadêmico em relação às práticas pedagógicas, pois esse paradigma educacional emergente está em evidência à medida que novos sujeitos estão em destaque sociedade adentro, mas a escola, apesar de tudo, não está ausente desse processo, pois todos os dias recebe indivíduos dos mais distintos. Cabe considerar, porém, que ela ainda é uma instituição formada e reprodutora do discurso dominante, promovendo a manutenção do poder e validação de práticas desse determinado grupo, fundamentado nos ideais heteronormativos.

A educação básica é considerada um período fundamental na formação das pessoas, que é dividido em ciclos, os quais possuem focos e objetivos específicos para cada segmento, uma vez que cada uma dessas fases recebe indivíduos com faixas etárias específicas. Dessa forma, o tratamento consegue ser direcionado para atender o desenvolvimento atual, pelo qual aquele sujeito está passando. Durante o período da adolescência, que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é demarcado dos 12 aos 18 anos, que se trata de um período que foi historicamente definido por meio de estudos e transformações sociais, uma

fase em que o sujeito está em transição física e psicológica, desapegando de aspectos de seu período da infância e iniciando o conhecimento da futura vida adulta.

A sexualidade é algo nato, mas, na adolescência, ela começa a ser aflorada de maneira mais intensa, os olhares são voltados para o próprio corpo e para o corpo alheio. O exercício da libido possibilita que namoros e os primeiros beijos aconteçam, mas, muitas vezes, desejos começam a desenvolver-se e o adolescente acaba por não conseguir lidar com eles. Quando se diz que é normal um indivíduo relacionar-se ou sentir atração pelo sexo oposto, aquele jovem que não se enquadra acaba velando suas reais intenções. Dessa forma, por mais que o jovem sinta vontade de estar com alguém do mesmo sexo, fatores sociais impelem-no de levar isso adiante, o que acaba por reprimir sua sexualidade.

O papel da educação é observado em cenários como esses, pois proporcionar entendimento para esse novo universo é necessário, de modo que leve o adolescente a entender suas mudanças corporais e desejos, compreendendo que existe mais de uma forma de relação afetiva e que não há uma que esteja correta.

Na perspectiva de Freire (2009), a educação deve ser uma prática para a liberdade, ou seja, educar para a superação de elementos tradicionais e colaborar para a validação dos direitos humanos, condicionando os estudantes como sujeitos históricos, desenvolvendo responsabilidades políticas e democráticas, em que o indivíduo também pense no outro. Freire, ademais, salienta sobre a necessidade do pensamento crítico e do questionamento, considerado o processo educacional como um ato de transformação, a partir das novas possibilidades que os docentes mostram para os alunos. Posto isto, não é um processo simples, envolve preparo, conhecimento do grupo escolar e entendimento da alteridade, elementos que deveriam ser contemplados no currículo a medida em que tal documento orienta as ações docentes.

Uma vez que a escola pertence à determinada sociedade, ela não está alheia aos acontecimentos a sua volta, assim sendo, reflete, em seu interior, elementos que fazem parte do cotidiano da cidade e da comunidade em que está inserida, entendendo a pluralidade de ideias e formas de viver, inclusive, nas cidades mais distantes das grandes capitais que também pertencem à determinada realidade.

À vista disso, a diversidade sexual converge diretamente com a proposta educacional citada proposta por Freire, que indica o educando como agente ativo de

sua realidade uma vez que o ambiente escolar é preenchido diariamente por sujeitos com identidades sexuais diferentes, ou seja, que também fazem parte da comunidade escolar como sujeitos ativos. As relações socioculturais estão em vigor no ambiente escolar, em que os indivíduos conseguem trocar experiências, conhecimentos e valores, o convívio está posto e todos estão sujeitos a depararem-se com elementos que não fazem parte daquilo que estão acostumados.

Observamos, então, o acesso sendo exercido de forma plena, porém, no quesito inclusão, acaba havendo certas dificuldades. Abordar sobre homossexualidades é um tema tabu, o que faz com que ele não seja falado abertamente ou ignorado de forma completa. Isso impacta nos diversos ambientes escolares, quando um ato homofóbico não é repreendido, ou quando o aluno é impedido de utilizar roupas que são socialmente rotuladas para meninas. Tudo isso está atrelado ao atravessamento do currículo, pois embora seja um documento escrito, sua funcionalidade não se encerra nos papéis. Expresso de outra forma, as escolas têm currículos formais que, teoricamente, determinam as suas ações ao longo do ano letivo, embora a legislação determine a abordagem de temas transversais, muitas vezes, focar algumas questões encontra barreiras. Ainda assim, é preciso ter presente que o currículo vai além da mera formalidade, posto que ele é posto em prática envolvendo pessoas, a diversidade que conforma a nossa sociedade.

A proposta de análise do tema descrito sobre educação e diversidade sexual, tem por objetivo refletir sobre a presença de uma educação voltada à diversidade sexual considerando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assim como a maneira como eles têm tratado a temática da diversidade sexual em suas versões finais.

Para isso, a pesquisa abordará as relações de poder presentes na educação como focado por Foucault (2019), tendo as questões sexuais como um recurso para a propagação do discurso; além disso, buscará relacionar a maneira que o pensamento de Freire (2009) pode proporcionar meios para uma educação mais inclusiva.

Diante das questões aqui propostas, este estudo utiliza o método de análise de conteúdo proposto por Laurence Bardin (1977), estabelecendo, como critérios de investigação, as partes destinadas à diversidade sexual nos documentos já citados. Para isso, será realizado um estudo qualitativo, utilizando a análise do discurso,

pautado nos estudos de Foucault (2006), entendendo a educação e os documentos norteadores curriculares como meios que contribuem com a repercussão dos discursos na sociedade e possuem influência nos indivíduos, o que facilita a reprodução da heteronormatividade, inclusive em sala de aula, uma vez que as diversas sexualidades são tratadas como desviantes da norma.

Ainda sobre a metodologia, é importante destacar o caráter metodológico interdisciplinar desta pesquisa, que se sustenta em teorias, fontes e problemática que giram em torno de pensamentos das diversas áreas do conhecimento das ciências humanas. Como bem expressa Guimarães (2002):

[...] a construção deste objeto interdisciplinar exige do pesquisador uma ruptura para com os pressupostos cartesiano-positivistas, abrindo sua visão para novos olhares sobre o saber e sua construção – olhares multifacetados. (p. 21-22)

A abordagem sobre o ensino das questões acerca da diversidade sexual perpassa fronteiras disciplinares, fazendo com que esses diversos campos comuniquem-se entre si para desenvolverem e encontrarem soluções para a problemática, a qual está em torno de questões históricas, sociais e educacionais.

O problema de investigação está pautado nas correspondências entre as emergências sociais contemporâneas e os temas transversais na educação relacionados à diversidade sexual e à forma como são tratados (ou não) na BNCC, sabendo que, em torno disso, existe um debate social muito forte, que determina o que estará presente ou omissos nos currículos escolares e que, mesmo havendo demandas fortes dos movimentos sociais, a forma final desse documento é resultado direto de como o grupo dominante pôs no papel esse assunto. Expresso em outros termos, o produto final é o que será responsável por “inspirar” as criações dos currículos escolares e enfatizar o que deve ganhar destaque. Assim, o processo de análise deve levar em conta o contexto histórico e a forma como historicamente os assuntos derivados da temática LGBTQIA+ têm sido tratados. Manter também um olhar em relação à formação desse grupo, o desenvolvimento de suas identidades que está ligado à vida social e aspectos antropológicos, atendo-se também ao papel do campo educacional e suas consequências para a vida dos educandos.

Portanto, esse método horizontaliza a maneira de conceber a relação dessas disciplinas que se inter cruzam umas com as outras, favorecendo um diálogo. A história e a antropologia conectam-se à medida em que visam analisar a vida humana, o cotidiano e os hábitos culturais. Em relação à educação, essas áreas

possibilitam entender melhor como lidar com os indivíduos e as diferenças. Seguindo a metáfora de D. Hélder Câmara citada por Guimarães (2002), comparando a pesquisa interdisciplinar com um “fio que une as pedras”, é dito que “[...] numa perspectiva interdisciplinar deve-se pensar que de cada disciplina nasce um fio imaginário com finitas possibilidades de distensão e retratação – característicos de sua função elástica.” (p. 24). Assim, embora existam pontos de vistas em cada uma das áreas, é na convergência entre elas que trabalharemos na presente dissertação.

Comparando com o que é proposto pelos PCNs, por se tratar de um tema transversal, a diversidade sexual é um objeto em comum que transpassa pelas disciplinas escolares, favorecendo o trabalho com a inter e a transdisciplinaridade, o que valoriza a quebra da visão dualista e de conhecimentos únicos em suas próprias caixas dos saberes, visando ampliar o tratamento desse conteúdo com a inter-relação das áreas. Porém, como já mencionado, os temas transversais acabam não sendo contemplados em sua plenitude, dificultando a aproximação das disciplinas.

Sobre a temporalidade proposta, o estudo baseia-se na contemporaneidade, analisando elementos vinculados à pós-modernidade, à situação atual da educação brasileira, em relação aos novos paradigmas educacionais que estão se fazendo presentes no contexto e no debate social.

A escola aqui é vista como uma instituição onde a mudança é possível e necessária, considerando-a um local de pluralidade de indivíduos, ideias, culturas e sexualidades, com potencial para dar visibilidade a esses grupos, através do diálogo, do convívio e ações educativas que incluem e valorizam as diferenças, visando práticas que promovam a desigualdade, de modo que sejam abolidas nos discursos e metodologias de ensino.

Considerando o currículo escolar como um fruto dos documentos educacionais já mencionados, seu atravessamento vai além do conteúdo explicado em sala de aula, ele está presente nas relações diárias, nas brincadeiras homofóbicas, nas risadas, no silêncio dos membros da comunidade escolar, presente também quando o aluno afeminado é excluído dos jogos de futebol e como, fora da escola, esses indivíduos relacionam-se com os outros, ou seja, o currículo também é um elemento que tem impacto nas vivências.

Crianças e adolescentes *queer*² que são os que mais demonstram fisicamente e por seus trejeitos a alteridade de gênero e identidade têm geralmente suas passagens pela escola como um período negativo. Por sua vez, outros jovens em situações parecidas acabam não demonstrando características de suas sexualidades pela forma que seus colegas são tratados. Isso esboça um reflexo da sociedade em geral, que naturaliza padrões e reproduzem-nos como normas.

Como visto por Rodrigues, Caetano e Soares (2020), práticas autoritárias tentam afirmar-se publicamente, sendo que o currículo escolar acaba sendo uma ferramenta para tal, o que traz uma disputa em torno dos discursos sobre currículo. Saberes e poderes incidem no cotidiano escolar, fazendo parte dos discursos que lá permeiam, neste sentido, aqui visamos problematizar a relação entre eles para pensar as sexualidades e identidades no contexto escolar, questionando discursos e entendendo que práticas democráticas na educação vão muito além de garantir o acesso a escola ou saber que existe a diferença.

Para tanto, dividimos estruturalmente esta dissertação em três capítulos, sendo o primeiro dedicado a um levantamento do que tem sido produzido na academia acerca de diversidade sexual e educação, identificando as contribuições científicas e como elas, advindas das áreas de educação e história, têm promovido a discussão dessa temática e marcado o debate a favor da diversidade cientificamente.

Já no segundo capítulo, foi realizada uma análise histórica da maneira que o ensino sobre sexualidade ocorreu no Brasil, fazendo uma sequência iniciada desde o século XX até o ano de 2019, contextualizando a maneira que a diversidade sexual esteve presente ou não nas discussões sobre educação. Para isso, pautamos no conceito de poder, apresentado por Foucault, relacionando-o com educação e sexualidade, a fim de salientar como esses três elementos relacionam-se e produzem efeitos de sentido socialmente.

Por fim, no terceiro e último capítulo, analisamos os PCNs e a BNCC, comparando esses dois documentos, identificando a maneira que a temática LGBTQIA+ é mencionada (ou não) em seus escritos, salientando os possíveis avanços e lacunas proporcionados por eles nos currículos escolares, levando em

² Termo em inglês, presente na sigla LGBTQIA+ e tem a conotação para designar indivíduos que não se vestem ou se comportam com os padrões tradicionais estabelecidos. Homens queers utilizam maquiagem, roupas consideradas femininas e esbanjam um comportamento que não condiz com o que se espera de um indivíduo do sexo masculino.

consideração o papel social desempenhado pela escola e o impacto causado por esses norteadores.

1. Diversidade sexual nas produções acadêmicas

A presente pesquisa possui uma proposta interdisciplinar, ou seja, realizar um diálogo com diferentes áreas do conhecimento que façam parte das ciências humanas, como educação, história e antropologia. Assim, após o levantamento, a leitura e a análise dos estudos desses campos, a convergência desses saberes foi utilizada para a compreensão e escrita desta dissertação.

Portanto, a fim de especificar quais foram os estudos realizados, separaremos por área do conhecimento as pesquisas encontradas no Banco de Teses da Capes para melhor elucidar os conteúdos e debates propostos por elas, indicando se são dissertações de mestrado ou teses de doutorado, o tema proposto e se o assunto é recorrente em outros trabalhos, colocando, no presente debate, o que foi produzido a fim de investigar por respostas a problemática aqui sugerida.

O campo acadêmico tem se tornado um espaço aberto aos mais diversos temas de pesquisa, especialmente, a partir da segunda metade do século XX, período marcado pela ampliação da visibilidade de grupos sociais dos mais variados segmentos (movimento feminista, negro, homossexual, entre outros) no que diz respeito à atuação e reivindicações nas esferas sociais. Tal acontecimento propiciou reflexos de suas demandas nas estruturas já estabelecidas em sociedades e fez com que tais indivíduos passassem a ser pensados e estudados.

Nos diversos contextos históricos, determinados temas eram analisados pelo viés pertinente àquela época, contudo, após os anos 1960, esses assuntos obtiveram outras formas de serem entendidos e passaram aos poucos a serem inseridos nas múltiplas áreas do conhecimento. Entre esses casos, temos o da diversidade sexual, que, até mesmo nos dias atuais, é considerado um tabu, sempre sendo tratado de forma velada e recheada de estereótipos preconceituosos. Assim, refletir sobre essa temática para entender quem são, os modos de vida, sexualidade, saúde e organização do grupo tornou-se uma necessidade.

Neste íterim, o estudo acadêmico passou a ganhar novas formas, novos olhares e perspectivas, tendo uma nova agenda guiada pelas recentes transformações advindas das sociedades ocidentais pós-modernas. Grandes áreas do estudo, como a história, tiveram alterações em seu modo de construir a narrativa historiográfica, desde a fundação da Escola dos *Annales*, em 1929, que possibilitou outras maneiras de analisar a história, fugindo do método tradicional positivista, que

valorizava apenas grandes marcos e acontecimentos políticos como fontes. A partir da década de 1970, tal corrente trouxe consigo um viés inovador, como o da micro-história que passou a valorizar indivíduos anônimos para estudarem uma sociedade em questão. Outros campos de estudos, como a medicina e a psicologia, também passaram por adaptações, pois se pensarmos na medicina e a maneira como indivíduos homossexuais eram vistos por essa ciência em meados dos séculos XVIII e XIX, o pensamento clerical estava muito presente em alguns conceitos, como o fato de considerar a homossexualidade como pecado ou uma doença, passível de tratamento. Transformações na forma de fazer pesquisa também foram sendo adaptadas às novas demandas, com ênfase na forma com que o objeto de estudo era analisado e questionado, tornando-o passível de uma pesquisa científica.

A educação básica, de certa forma, não acompanhou com a mesma intensidade as transformações passadas pela academia e acabou por não proporcionar, da mesma maneira, os olhares para a temática da orientação sexual, sobretudo, pelo viés sociocultural, o que impactou diretamente nos currículos escolares, que, ao contrário das pesquisas elaboradas pelas universidades, acabam não evidenciando esse debate, o que veremos aqui, por meio dos estudos acadêmicos, como isso acontece e tem impactado diretamente nos indivíduos LGBTQIA+ e nas suas relações.

O presente capítulo desta pesquisa tem como objetivo realizar um levantamento de teses e dissertações a respeito da temática da diversidade sexual na educação. Com ênfase no que diz respeito aos parâmetros curriculares e currículos escolares em relação ao trato sobre as sexualidades e vivências de alunos que fogem da heterocisnormatividade.

Pretendemos, ademais, salientar como os estudos acadêmicos podem auxiliar na análise das lacunas presentes nos documentos norteadores curriculares, devido aos apontamentos trazidos por eles acerca da forma que as escolas nem sempre são ambientes que valorizam a pluralidade de indivíduos, ou acabam, por vezes, reproduzindo discursos dominantes relacionados a um pensamento heterossexual.

Para isso, foi elaborada uma busca no acervo do banco de teses da plataforma Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através da utilização das palavras-chave “diversidade sexual e educação”. A busca apresentou um número extenso de resultados, embora nem todos os

trabalhos estivessem em sua totalidade relacionados ao que estávamos procurando. As dissertações de mestrado e teses de doutorado selecionadas são pertencentes ao campo da educação, história, antropologia e sociologia, por estarem intrinsecamente relacionadas ao que a pesquisa em questão propõe (analisar os documentos que norteiam os currículos escolares e os reflexos produzidos por tais documentos no contexto escolar e na vivência dos estudantes LGBTQIA+).

Os resultados apresentados mostraram um número grande de trabalhos produzidos. Em 15/05/2022, a busca identificou um total de 219.843 resultados para as palavras chaves “diversidade sexual”; “educação”. Ao trocar o segundo termo por “BNCC”, a busca teve uma diminuição nos números, resultando em 2.637 pesquisa.

A tabela, a seguir, mostra o número de produções selecionadas divididas por área do conhecimento.

	Dissertação de mestrado	Tese de doutorado
Educação	11	3
História	1	-
Sociologia	2	-

Percebemos que há uma demanda acadêmica grande para os estudos a cerca dessa temática, em especial, os que se dedicam mais explicitamente para a diversidade sexual e a educação de uma forma geral. O que é compreensível por tratar-se de um assunto que permeia a sociedade desde décadas passadas. Porém, apesar de ser mais recente, as pesquisas que analisam especificamente a BNCC e sua relação com as sexualidades também estão crescendo e problematizando o referido documento que circula em território nacional.

Porém, apesar do grande número de pesquisas encontradas, nem todas são adequadas para o estudo aqui proposto. Algumas teses e dissertações não necessariamente contemplaram o que nos propomos a abordar ou possuem uma temática que, de certa forma, se distancia do que colocamos em debate no presente trabalho.

Por isso, a fim de um levantamento mais criterioso e que contemple o que consideramos necessário em nossa busca, utilizamos o método de análise de conteúdo como proposto por Bardin (1977), a fim de elencar o que seria passível de

análise e poderia estar presente nas referências bibliográficas, dando o embasamento necessário para o presente texto.

Dessa forma, os critérios de tratamento com o levantamento seguiram da seguinte maneira: análise e exploração do material, identificando elementos relacionados à temática da sexualidade, educação e BNCC, para ser possível um entendimento melhor do que nos propomos a estudar.

Apesar das palavras-chave utilizadas, os trabalhos que envolvessem diretamente a temática da diversidade sexual com a Base Nacional Comum Curricular não foram fáceis de encontrar, sendo os artigos científicos tidos como uma alternativa para subsidiar a pesquisa, apesar do foco deste capítulo ser destinado às produções de mestrado e doutorado.

Os estudos sobre a BNCC envolvendo outros elementos, para além da sexualidade, foram desconsiderados por não abarcarem a proposta aqui presente. Dessa forma, apesar do alto número de trabalhos encontrados durante a busca, é importante salientar que uma porcentagem considerável não se adequa ao que importa ao presente estudo.

No que se refere especificamente à educação sexual, podemos identificar um vasto resultado, indicando ser um tema passível de problematização e bem utilizado no campo acadêmico. Neste sentido, pode ser considerado como algo positivo, uma vez que esse assunto está sendo colocado em questão e estudiosos estão analisando seus desdobramentos sociedade adentro.

Para a escolha das teses e dissertações, um critério foi estabelecido, por meio do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977), dessa forma, elas foram utilizadas por tratarem sobre diversidade sexual; educação; ensino e história. Assim, dentre as que foram priorizadas e lidas para a elaboração deste capítulo também foram categorizadas como veremos a seguir nos subtópicos.

Desse modo, por mais que educação e ensino possam ser considerados sinônimos, alguns detalhes foram essenciais para suas separações, por exemplo, estudos que abordem sobre práticas pedagógicas destinadas à sexualidade estão em um subtópico diferente das pesquisas que tratam acerca das dificuldades enfrentadas por indivíduos LGBTQIA+ na educação, ou das produções que estão focadas nos sentidos de efeito do discurso homofóbico na sociedade.

Portanto, por mais que se assemelhem em alguns aspectos, os critérios de seleção possibilitaram a divisão em categorias temáticas, a fim de melhor organizar

e orientar o desenvolvimento da presente pesquisa, esboçando desdobramentos que surgem por meio do mesmo campo temático, como a educação, que aqui é considerada como a área de principal de concentração de análise. Assim, mediante as diversas vertentes, o tema é exemplificado utilizando outros vieses.

A abordagem acadêmica acerca da orientação sexual, em tempos históricos, pode ser considerada como algo relativamente recente, que teve maiores desdobramentos no início da década de 1970, com as tendências dos estudos feministas, que serviram como fortes influências para as pesquisas debruçarem-se não apenas sobre relações de gênero, mas também levar em consideração as diferentes sexualidades, fator que alavancou o interesse das universidades sobre o tema e, nas últimas décadas, tem se intensificado, inclusive, nos dias atuais.

Neste sentido, reforçamos a importância dos critérios de categorização e de escolha das teses e dissertações utilizadas para este capítulo, enfatizando a necessidade de entender e tratar de aspectos relacionados às diferentes maneiras de abordar sexualidade e educação. Assim sendo, os estudos selecionados tratam basicamente de práticas pedagógicas, políticas públicas, desvalorização da temática em questão e violências simbólicas (como a homofobia).

Decerto, que não apenas as dissertações e teses foram consultadas, mas também textos que servem como base para os estudos sobre gênero, sexualidade e educação foram levados em consideração para a elaboração da pesquisa, mesmo não estando diretamente nos resultados obtidos com o levantamento da busca na plataforma mencionada.

1.1 Estudos e autores de referência sobre educação e diversidade sexual

Pensando em autores que são referência nos estudos em torno do que nos propomos aqui, grandes nomes devem ser levados em consideração. As pesquisas em torno de gênero abriram as portas para a análise das sexualidades, como é o caso de pensadores como Joan Scott em seu texto *Gender: A Useful Category of Historical Analysis* que questiona a forma como as relações de gênero são construídas através de símbolos, representações, conceitos e narrativas. Através de uma abordagem pós-estruturalista, Scott pensa nas diferenças, evoca uma

epistemologia capaz de tratar as mulheres como sujeitas da história, o que contribuiu muito para as pesquisas sobre as sexualidades.

No âmbito da sexualidade e da educação, vemos a presença forte de Michel Foucault, com seus escritos a respeito dos controles dos corpos, como objetos passíveis de domínio através do poder exercido sobre eles. O autor compreende a escola como um local de reprodução do discurso dominante, indo ao encontro de práticas de reprodução do poder, uma vez que há uma norma a ser seguida e padrões de comportamento que definem o que é aceito e o que deve ser controlado, como a alteridade sexual, o que foge da heteronormatividade tende a ser reprimido. Seus escritos servem de referência até a contemporaneidade, sendo um autor de referência nessas temáticas.

No Brasil, temos o professor de direito da UNIFESP, Renan Quinalha, e o historiador James N Green, ativistas e referências nas pesquisas sobre diversidade sexual, Movimento LGBTQIA+ e vivências no período da ditadura militar brasileira. Organizaram o livro “História do movimento LGBT” (2018), que reúne vários pensadores das diversas áreas do conhecimento abordando sobre esse objeto em comum. A obra “Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX”, de Green (1996), foi sua tese de doutorado, em que analisa o comportamento masculino durante o carnaval, sendo que, nessa prática festiva, certos comportamentos eram permitidos, mas durante o cotidiano não o eram, como se vestir de mulher. Green proporciona um debate sólido a respeito da visão da sociedade em relação à homossexualidade masculina. A obra conta com o prefácio escrito por Quinalha.

Outra pensadora brasileira é Regina Facchini, que teve sua dissertação de mestrado em antropologia social intitulada “Sopa de letrinhas?; movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo” (2002), abordando o movimento homossexual em São Paulo e sua dinâmica interna, focando também nas mudanças da sigla, conforme novas identidades desenvolviam-se e demandavam visibilidade, considerando também a maneira como essas identidades eram pensadas no coletivo.

Facchini e Simões foram autores do livro “Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT” (2009), narrando as conquistas do movimento e suas transformações, abordando o ativismo e grupos importantes para a constituição do

que o movimento é atualmente. Outro ponto é sobre os preconceitos socialmente enfrentados por esses indivíduos.

Convergindo entre o campo da diversidade sexual com a educação, o doutor em educação Márcio Caetano elaborou, como dissertação de mestrado, a pesquisa “Os gestos do silêncio para esconder as diferenças” (2005), tratando da ocultação da problemática sobre jovens homossexuais no âmbito escolar, enfatizando a violência física e psíquica sofrida por esses indivíduos.

[...] mesmo com a ampliação da visibilidade influenciada pelas articulações e interesses do mercado e do movimento social homossexual, muitos ainda vivenciam a negligência e o desrespeito às suas identidades e singularidades. Dentre os espaços mais significativos estão os da educação; assim sendo, a escola passa a ser mais um ambiente social de exclusão, ironia e discriminação. Esses processos, pela sua força, causam em alunos/as homossexuais, o sentimento coercitivo do medo, que os leva ao controle dos gestos e das palavras, para que não sejam identificados: negando a própria identidade, e na pior das hipóteses, a repressão dos sentimentos e desejos. (CAETANO, 2005, p. 11)

Continuando com abordagem semelhante, seu doutorado “Gênero e sexualidade: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares” (2011) problematiza os discursos de gênero acerca dos currículos escolares através de experiências de professores da educação básica. Caetano também foi um dos organizadores do livro “Queer(i)zando *Currículos e Educação: narrativas do encontro*” (2020), obra que trata de narrativas de pesquisadores sobre a educação e do currículo escolar em relação às diversas sexualidades e identidades sexuais. Conta com estudos de caso, análises documentais e os reflexos da homofobia no ambiente escolar e na sociedade, silenciamentos e dos indivíduos em si.

Paulo Freire, em “Educação como prática de liberdade” (1967), apresenta conceitos de uma educação transformadora, com um viés para desconstruir discursos e proporcionar um novo olhar para a escola, o que converge com a temática aqui proposta, embora Freire não trate diretamente sobre sexualidade, seus estudos colaboram e podem ser relacionados com a diversidade sexual na escola.

Portanto, vistas aqui referências nas pesquisas sobre sexualidades, identificamos também demais pesquisadores que têm contribuído cientificamente

com produções textuais acadêmicas, intensificando o debate a respeito dessa temática.

Dessa forma, as dissertações encontradas, de forma geral, estão distribuídas nos seguintes eixos temáticos: educação sexual (podendo abordar ou não sobre sexualidades); políticas públicas educacionais; práticas e formação docente; saúde; história da educação e suas transformações.

A educação é vista como uma ferramenta para assegurar o exercício da cidadania plena e trabalhar a favor de grupos que foram injustiçados historicamente, contribuindo para minimizar as desigualdades e promover equidade. Porém, sabendo das adversidades, o contexto escolar acaba não tendo muito êxito nesse quesito. Neste sentido, o currículo escolar e os documentos que fundamentam suas normas deveriam contemplar de forma aberta tal temática.

A educação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em seus textos, é tratada como uma forma de evitar gravidez na adolescência e prevenir doenças sexualmente transmissíveis, porém falham ao abordar sobre as diferentes sexualidades e formas de vivê-las, ignorando, assim, o viés identitário proporcionado por esse tema. O mesmo vale para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que embora tenha um foco grande nas questões sobre cidadania e direitos humanos, pouco apresenta sobre a diversidade sexual, deixando a critério do leitor a interpretação do texto escrito.

1.2 Pesquisas acerca de práticas pedagógicas e políticas públicas

Educação foi uma das palavras-chave utilizadas na busca e diversas pesquisas nesse campo foram encontradas, sendo um indicativo que a temática da diversidade sexual está fortemente presente na academia no que se refere à educação, mais especificamente, à educação básica, que é a proposição desta pesquisa.

Dentro da ótica educacional, utilizamos esse tópico secundário a fim de abordar pesquisas que se debruçaram a analisar questões relacionadas às práticas pedagógicas e às políticas públicas educacionais, que são consideradas aliadas na construção de uma educação plural e cidadã, sendo que muito do que foi

conquistado pelas reivindicações da comunidade LGBTQIA+ está atrelado a elaboração destas políticas. Assim, identificamos também produções que colocam em discussão a ação dessas ações afirmativas.

O ensino e as práticas pedagógicas são elementos fundamentais para o levantamento aqui realizado, pois esboçam características que refletem perspectivas sobre o que está acontecendo na educação e o que pode contribuir com possibilidades para melhorias e inclusão da diversidade sexual. Pensar em como o trabalho docente impacta na vida dos alunos esteve bastante presente nas pesquisas analisadas, devido à maneira que o que é ensinado pode propiciar a quebra de padrões ou fortalecer discursos já estabelecidos.

Portanto, no que concerne especificamente a esses dois segmentos, cinco trabalhos foram selecionados para compor este capítulo, devido à semelhança com o que é proposto nesta pesquisa, dentro das ramificações das ciências humanas e sua interdisciplinaridade.

A pesquisa de Sousa' (2020) evoca, já em seu título *“Se eu pudesse escolher, não seria...” um estudo sobre diversidade sexual, os desafios de acolhimento na escola e as práticas pedagógicas de Sociologia no Ensino Médio*, tratar uma reflexão sobre como a realidade do indivíduo LGBTQIA+ é complexa e perpassa desde o sociocultural e atinge, principalmente, o âmbito psicológico e mental desses sujeitos.

O título em si proporciona uma problematização entre opção e orientação, que, por diversas vezes, causa dúvidas até mesmo em pessoas que fazem parte do meio homossexual. A homossexualidade desde a década de 1990 já não é mais considerada como uma patologia e, desde então, tem sido tratada não como uma escolha. O fato de ser gay carrega consigo aspectos culturais relacionados a determinado grupo, assim como identitários que têm a ver com a sua relação com os demais e o conhecimento de si mesmo, em que o indivíduo percebe e conhece seus desejos, seu corpo e como isso afetará seu convívio com os demais.

Caso houvesse a possibilidade de escolha, como proposto no título, alguns optariam por não ser, a fim de evitar sofrer preconceitos e traumas que os perseguem pelo resto de suas vidas, porém, ao esconder sua sexualidade, ou como muitos popularmente falam, ao estar “dentro do armário”, uma série de problemas psicológicos pode ser provocada.

A autora procura esboçar sobre o ensino da Sociologia e como essa disciplina tem um caráter crítico perante a sociedade e como pode ser uma aliada contra a homofobia.

[...] o papel central do pensamento sociológico é a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos, a introdução a um novo campo do saber voltado para a compreensão da vida do ser humano em grupo e para as regras e fundamentos das sociedades. Porém, o caráter discriminatório presente dentro das escolas, visível e sólido se analisados os posicionamentos de corpo gestor, professores e alunos em relação à aceitação e acolhimento da diversidade sexual que faz parte do corpo discente, nos leva a questionar como as escolas têm buscado apoiar seus estudantes, e mais ainda, como a sociologia tem sido usada enquanto instrumento de observação do mundo social. (SOUSA, p. 26, 2020)

Sousa faz uma análise de narrativas com ênfase na experiência escolar, identificando a maneira como a escola tem tratado essas questões. Um dos fatores elencados é a questão de atrelar sexualidade estritamente com elementos biológicos, deixando de lado os aspectos culturais trazidos por esse conceito.

Neste sentido, evocamos a concepção de gênero e suas relações como tratado por Foucault (1988), as quais são construções sociais, que se fundamentam nas relações estabelecidas entre os indivíduos e seus respectivos convívios, ou seja, fazem parte de uma construção histórica, que, por meio dos discursos, determina o que é configurado como pertencente ao feminino e ao masculino.

O motivo disparador para a elaboração do estudo de Sousa (2020) foi o fato que, em 2017, em Petrolina-PE, a lei 2985, que proíbe o debate em sala de aula a respeito da diversidade sexual foi promulgada, com a influência da bancada evangélica e do discurso sobre ideologia de gênero que estava ganhando força naquele período. Dessa forma, é vista uma aproximação com o estudo aqui proposto, pois nos dedicamos a tratar da invisibilidade em documentos norteadores curriculares, que ocorrem devido a ações como a dessa legislação e por setores sociais religiosos e conservadores que possuem influência nas decisões tomadas referentes à educação.

Ainda no que diz respeito ao ensino de Sociologia, Pedersen (2020) propõe uma pesquisa que contou com a participação de professores de Sociologia de Araraquara-SP, que, por meio de um questionário, pode ter maior embasamento para elaborar seu estudo. A autora parte do princípio de que tal disciplina tem uma relação com a sexualidade, a maneira que a Sociologia proporciona a desnaturalização de fenômenos sociais, assim, contribuindo no combate à homofobia e à ideia da heterossexualidade como única sexualidade válida.

Pedersen ainda alerta sobre como o pensamento hétero pode estar presente nos materiais e no ambiente escolar, por isso enfatiza a necessidade dos docentes estarem cientes da possibilidade de mudanças trazidas por essa disciplina.

Tais apontamentos são, de fato, importantes, porém a Sociologia não é a única disciplina que pode contribuir para a refutação de pensamentos tradicionais. Como proposto nesta pesquisa, utilizamos também a história, que contribui para a problematização de discursos conservadores. Além disso, a diversidade sexual é um tema transversal e deve ser trabalhado em todas as matérias escolares, porém muitas vezes, essa responsabilidade é deixada para as disciplinas pertencentes às ciências humanas.

Vieira (2014) propõe um estudo sobre saberes e experiências docentes na disciplina de História e sua relação com a diversidade sexual. Problematizando os silenciamentos causados pela rotina escolar, o autor realizou uma série de entrevistas com professores de História, com mais de 20 anos de carreira da rede estadual de São Paulo, na cidade de São Carlos, almejando entender sobre suas formações e experiências em sala de aula. Além disso, fundamentou-se também no currículo e nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a disciplina de História e em como eles contribuem para a formação cidadã. Sua pesquisa apresentou que os docentes queixaram-se da formação insuficiente relacionada à temática da orientação sexual, a qual, muitas vezes, influenciou na repercussão do tratamento da homossexualidade como única identidade sexual em contraponto à heterossexualidade. Da mesma forma que influenciou no discurso de que tais indivíduos são e devem ser tratados como os diferentes, o que não proporciona inclusão.

Outra pesquisa acerca do ensino de História é a proposta por Souza (2020) por meio de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, utilizando práticas pedagógicas e metodologias passíveis de serem aplicadas em sala de aula, a fim de observar as possibilidades trazidas por elas. O autor salienta que foram atividades que, de certo modo, rompem com meios tradicionais de ensinar História na Educação Básica e frisa a importância de aplicar - na mesma proporção - aulas já rotineiras e incluir novas tendências de ensino.

Sua pesquisa é dividida em três capítulos que levam em consideração os conceitos de gênero e sexualidade, identificando o percurso histórico e tratamento social desses segmentos, por meio de uma perspectiva pós-estruturalista,

observando questões ligadas à normalização e à opressão. Analisa, além disso, a presença da diversidade sexual e de gênero na Educação, por meio da legislação e da forma como a homofobia acontece nesse espaço. Finaliza com as metodologias de ensino voltadas para o campo da História, exemplificando propostas de atividades.

O caráter estrutural e institucional da LGBTfobia no Brasil, evidenciado em diversas pesquisas, segue comprometendo a garantia da cidadania plena à população LGBT. No ambiente escolar, essa discriminação assume contornos e especificidades próprias sendo produzida nos currículos, nas práticas pedagógicas e nas relações sociais. Mesmo a existência de um diversificado conjunto de marcos legais que respalda a inclusão da temática da diversidade sexual e de gênero nos programas escolares não tem sido garantia para a sua efetivação. (SOUZA, p. 44, 2020)

Desse modo, pela proposta da abordagem dos marcos legais como os PCNs e o currículo escolar, encaramos este estudo como uma das produções que colaboram para a construção de nossa pesquisa, com ênfase no que diz respeito à história da educação sexual no Brasil e a forma como ela desenvolveu-se.

Encerrando com as pesquisas relacionadas às práticas pedagógicas, a dissertação de mestrado de Bortolini (2012), “Diversidade sexual na escola: Currículo e prática pedagógica”, faz uma análise da aplicação de um projeto de ação afirmativa no Rio de Janeiro em escolas públicas sobre aplicação de práticas pedagógicas voltadas para a diversidade sexual, pontuando sobre como foi aplicada e as experiências obtidas através dessa ação.

Colocando em debate o Currículo escolar, mais precisamente o Currículo do Estado de São Paulo, a dissertação em educação sexual de Silva (2016), *A educação sexual no currículo da rede estadual de ensino de São Paulo*, e a tese de doutorado em educação escolar de Santos (2016), *O currículo do estado de São Paulo e a educação sexual: uma análise sobre a produção de sentido das sexualidades*, problematizam o mesmo documento. Em relação à primeira, Silva (2016) analisa materiais didáticos e a concepção de professores sobre as diversas sexualidades, identificando as lacunas que essa temática tem sofrido no estado de São Paulo. Já na segunda, Santos (2016) parte da perspectiva de Foucault sobre discursos, utilizando o Currículo do Estado de São Paulo para perceber como se articulam essas temáticas, através de entrevistas com o núcleo pedagógico de uma diretoria de ensino do interior paulista. Suas percepções esboçam, da mesma forma, a ausência do tratamento dessa temática.

O estudo de Joca (2008), intitulado “Diversidade sexual na escola: um problema posto a mesa”, trata sobre dificuldades encontradas por uma escola pública de Fortaleza-CE para promover o debate sobre o tema, assim esboça sobre possibilidades de enfrentamento e discussão. Porém, um ponto importante a ressaltar é a frase “problema posto a mesa” no título da obra, de acordo com o autor:

[...] a palavra “problema” aparece recorrente nos discursos docentes, sempre que estes se referem as questões e aos sujeitos pertencentes a diversidade sexual. [...] utilizei-me das aspas, no intuito de indicar que nem as questões sobre diversidade sexual, nem os LGBTTT devem ser vistos ou entendido exclusivamente sob a perspectiva de um problema [...] (p. 18)

Neste sentido, sabemos que inúmeras escolas em todo o Brasil passam pela mesma situação. Inclusive se pensarmos em escolas da grande metrópole, São Paulo, que apesar de ser uma cidade constituída pela diversidade cultural, onde em vários ambientes é possível depararmo-nos com pessoas das mais várias sexualidades e identidade de gênero, o ambiente escolar acaba se tornando um local de reprodução do discurso dominante ligado à heteronormatividade, devido à falta de formação docente ou pelo fato de evitar falar sobre o assunto para não causar incômodo. Em outros termos, aqueles que desviam da norma acabam por ser tratados como um problema, causando o silenciamento, omissões e a homofobia.

Bonato (1996), em “Educação (sexual) e sexualidade: o velado e o aparente”, apresenta uma percepção histórica sobre a sexualidade do homem ocidental em relação com a política pedagógica. Além disso, pauta-se nos conceitos de Foucault e trabalha a sexualidade como um instrumento de poder e controle. Parte do século XVIII até o XX esboçando a forma como a sexualidade foi sendo tratada socialmente, partindo de discursos médicos e legais, forjando a ideia de um cidadão e de uma sexualidade ideal, assim como noções de família nuclear. Tal estudo é do final dos anos 1990, período de ascensão do movimento LGBT, em uma época em que pouco se falava sobre homossexualidade como algo nato.

Falar de sexualidade significa também falar de repressão, poder, preconceito, interdição do corpo, desejo, paixão, poder, vida, morte, controle, gênero, pecado, opção sexual, construção de papéis sexuais, doenças sexualmente transmissíveis e atualmente AIDS; enfim, todas as representações sociais que giram em torno dela na sociedade. Estas questões não estão fora do espaço escolar. (BONATO, 1996. p. 14)

Assim, delinea os espaços em que a sexualidade está envolvida, sendo que a escola é um local que concebe todos eles, mas ainda assim há uma forma velada de lidar com o assunto em questão.

Ainda refletindo sobre omissões, o texto de Rocha (2012), “Da política educacional à política da escola: os silêncios e os sussurros da diversidade sexual na escola pública”, pontua políticas públicas federais e como os estados apropriam-se delas, para tal, utiliza a proposta curricular do estado de São Paulo, identificando práticas de valores através de entrevistas em uma escola.

Um desdobramento obtido com o levantamento é sobre as políticas públicas e programas educacionais sobre sexualidade. Daniliauskas (2011), em “Relações de gênero e diversidade e políticas públicas de educação: análise do programa Brasil sem homofobia”, faz uma análise do programa em questão articulando com demandas do movimento. Nunes (2018), em “Gênero e diversidade sexual na escola: entre programas educacionais e convicções religiosas”, aponta como o pensamento religioso tem influenciado em propostas pedagógicas e nas versões finais de documentos escolares. Fruto do programa Brasil sem homofobia, a cartilha *escola sem homofobia* foi um projeto vetado no âmbito executivo devido ao posicionamento de religiosos.

Nunes (2018) traz, como ponto central de sua discussão, um aspecto importante e decisivo da formulação de ações afirmativas educacionais, o processo de formação de projetos de leis e documentos oficiais, problematizando a maneira que religiosos influenciam na elaboração desses documentos e nas tentativas que esse grupo tem de barrar o debate sobre sexualidade nas escolas públicas.

O discurso cristão, historicamente, tem se mostrado como uma permanência na sociedade brasileira e carrega consigo a ideia de uma conduta moral a ser seguida, influenciando diretamente nos corpos das pessoas e o que é feito com eles. Neste sentido, aqueles que estão fazendo o oposto do que este discurso demanda, são considerados como imorais. De forma geral, é o que tem acontecido com os indivíduos LGBTQIA+, que, devido a um pensamento conservador, são considerados como desviantes da norma.

Esse fato influencia setores religiosos a não quererem a propagação da temática da diversidade sexual nas escolas, como forma de manutenção de seu discurso pautado em uma moralidade ética e no tradicionalismo. Assim, os mecanismos de controle da sexualidade podem tornar-se mais efetivos, com o reforço da ideia e naturalização de uma única sexualidade ideal, a hétero.

Isto posto, a autora faz uma análise bibliográfica, com ênfase na legislação e seu processo de elaboração, objetivando sinalizar momentos em que são exigidas

ou barradas as tentativas de promoção do debate acerca das identidades sexuais nos projetos do Congresso Nacional, problematizando esse contexto e elencando o processo de exclusão e como a invisibilidade desses sujeitos em âmbito legislativo e educacional acontece.

Já Silva (2016) elaborou uma tese de doutorado relacionando diversidade sexual e a educação de jovens e adultos. Sua análise gira em torno do acesso e permanência dos indivíduos LGBTQIA+ no sistema EJA de ensino, bem como a percepção de seus colegas de turma sobre eles, bem como mecanismos que impedem o acesso e sucesso escolar desses sujeitos. A autora realizou uma série de entrevistas com alunos, corpo docente e gestão escolar, na cidade de Belo Horizonte-MG. Silva pode concluir que, no cotidiano escolar, a homofobia é uma realidade a ser encarada e ela pode ser observada na falta de acesso, na negação e dificuldade da permanência na escola, nas relações de poder presentes no ambiente escolar, assim como nos silenciamentos. Apesar desses fatores, indica que há possibilidades para uma educação não-homofóbica, inclusive para a EJA.

Por fim, a última pesquisa para essa comunicação “o kit anti-homofobia e os discursos sobre diversidade sexual”, de Pamplona (2012), trata sobre o trajeto histórico do discurso em torno da sexualidade para poder analisar o material educacional produzido pelo MEC (Ministério da Educação), em 2008, advindo do projeto Brasil Sem homofobia, e a maneira como esse documento traz um discurso de valorização e afirmação de identidades, com intuito de promover atitudes não preconceituosas. A semântica proporciona esvaziar estranhamentos sobre os indivíduos LGBTQIA+.

Assim sendo, podemos identificar como as pesquisas acadêmicas deveriam influenciar o processo de elaboração de documentos como os PCNs e a BNCC, sobretudo, em suas versões finais, a fim de garantir que elementos que valorizem as diferenças e as identidades sexuais, uma vez que tais estudos apontam essa defasagem e pontuam sobre possibilidades de melhorias e inclusão.

1.3 Educação, historicidade e discursos

O campo da historicidade também se mostrou vasto em relação aos estudos dedicados às sexualidades em relação à educação, portanto aqui destacamos

estudos produzidos nessa área do conhecimento a fim de identificar suas possibilidades e contribuições para o debate sobre diversidade sexual nas escolas. Levando em consideração a abordagem acerca da produção dos discursos e seus reflexos no ambiente escolar, seja pelo controle dos corpos, seja pela reafirmação da ideia da heterossexualidade dominante, o critério de escolha utilizado foi pautado sobre como essas pesquisas aproximam-se do que propomos nesta dissertação e por serem produções mais recentes.

No tocante ao universo escolar e à forma como este contribui para a reprodução de discursos dominantes, Silva (2019) apresenta uma sensível análise, por meio de uma série de entrevistas realizadas com professores em Caruaru – PE, a fim de tratar a forma como a sexualidade tem sido alvo de controle e legitimação de poder, o que possibilitou a intensificação da violência simbólica, física e verbal sobre a comunidade LGBTQIA+. O autor apresenta também o conceito de monocultura do saber, que, de modo geral, enquadra-se na forma como a heterossexualidade e padrões identitários que reforçam a masculinidade, por décadas, mostrou-se como uma permanência histórica e teve seus impactos até mesmo no âmbito escolar, que é considerado como local de reafirmação desse grupo dominante. Porém, esse pensamento sofreu um abalo, devido a novas tendências acadêmicas e demandas sociais.

Desde a ruptura da universalização história sobre os papéis sexuais e os gêneros, até a consolidação dos estudos queer e da epistemologia feminista, os corpos que se constroem fora do modelo heterossexual hegemônico mostram, de forma afrontosa, a possibilidade da diversidade sexual e suas formas plurais, criativas e subjetividades de existência. Mas quem são essas pessoas que quebram com a classificação social e a monocultura do saber imposto pela cultura dominante e do cânone científico? Pergunta essa que fazemos dentro de um plano micro e macro, demarcado por relações de poder e de forte resistência. (SILVA, p. 22, 2019)

Silva tem também, como análise principal, a ideia de consensos e dissensos presentes nas escolas relacionados à LGBTfobia, sendo o primeiro deles a possibilidade de incentivo da gestão e de professores da abordagem destinada à orientação sexual em sala de aula. Já o segundo é tratado como a falta de formação e conhecimento para combater o preconceito e práticas pedagógicas adequadas para serem aplicadas. Porém, a escola, muitas vezes, reforça essa monocultura, o que dificulta ainda mais o processo de desconstrução de paradigmas.

Semelhante à perspectiva como tratamos a finalidade da escola, como um local possível de promover a mudança e o abalo em estruturas já estabelecidas, o trabalho de Silva também evoca essa perspectiva e indica que, apesar da forte presença da cultura heteronormativa, a educação pode contribuir para um novo panorama, que seja positivo para a forma como a sociedade lida com os sujeitos LGBTQIA+, ou seja, pode haver outra possibilidade que rompa com os padrões.

Casali (2020), da mesma forma, salienta a relevância dessa abordagem em sala de aula e, por meio de uma série de entrevistas, em Corumbá - MS, englobando docentes, alunos gays e héteros, avalia como os preconceitos ainda se mostram marcantes nos ambientes escolares, devido ao atrelamento dessas questões com tabus e pudores, que tratam essa temática como algo polêmico, o que acaba permeando o contexto escolar.

Neste sentido, identifica-se a relevância de ouvir tanto os indivíduos que sofrem com a LGBTfobia, quanto os que presenciam esses atos, pois pontos de vistas distintos são cruzados e é possível perceber como cada pessoa lida com o ocorrido, se houve tentativa de ajuda ou acolhimento, os tipos de sequelas e marcas físicas e psicológicas deixadas nesses sujeitos.

Assim, entendemos o zelo que tais pesquisadores tiveram em demarcar as necessidades de uma educação inclusiva, que colabore para o bem-estar e a construção de vivências positivas dos homossexuais e outras identidades. Apesar disso, embora a análise dos discursos direcione para essas possibilidades, outro viés, que trata a sexualidade e educação também foi identificado no levantamento, como veremos em continuidade.

Dentre as pesquisas que tratam acerca da produção dos discursos e seus reflexos no âmbito social, o trabalho de Cortês (2017) esboça, de forma crítica e densa, elementos que evocam a interseccionalidade por meio da etnia, sexualidade e condição social, propondo um olhar que difere das demais dissertações aqui selecionadas.

A autora produziu um estudo de caso, utilizando as experiências pessoais de um jovem gay negro, que relata sua trajetória, expondo momentos de sua vida que colaboraram para a construção de memórias negativas relacionadas, principalmente, à sua rotina escolar, período que foi cercado por ataques homofóbicos.

Na mesma pesquisa, Cortês também utiliza a perspectiva de Foucault para analisar os discursos, destacando como eles são influentes na produção das

homossexualidades, devido à maneira como os discursos agem sobre os corpos, indicando o que é certo ou errado, hierarquizando grupos e justificando como a heterossexualidade é tida como um modelo padrão e superior, que deve ser tratado como norma. Assim, a interseccionalidade é identificada de maneira que os marcadores sociais presentes no rapaz em questão são mencionados e relacionados entre si. O fato de ser negro, pobre e gay, dificultou ainda mais o período em que esteve na Educação Básica, pois sofreu diversas formas de violência física e verbal, além do assédio contra sua moral e integridade, com gestos obscenos que atentavam contra sua orientação. O jovem menciona também que sua homossexualidade foi o maior fator para tornar-se alvo de perseguição.

Ainda no tocante à interseccionalidade, enfoca acerca do imaginário social, a autora utiliza a formação de docentes, com a utilização de filmes sobre as temáticas de gênero, sexualidade e etnia, para analisar, por meio da fala de professores, como o imaginário relacionado aos assuntos citados se fazem presentes no cotidiano escolar, utilizando a simbologia e os significados, a importância de discutir com alunos sobre as diferenças (MACHADO, 2018).

No que diz respeito à instituição escolar, esta foi tratada como um ambiente que silenciou em meio às agressões, fato a reafirmar a importância da escola na formação integral dos indivíduos, pois o trabalho pedagógico contra atos homofóbicos ou a presença de temas relacionados às diferenças das identidades sexuais poderiam proporcionar uma ampliação de conhecimentos e evitar gradativamente atos como estes.

Sena (2011), em seu trabalho *Violência simbólica em instituições escolares: sua repercussão na formação do habitus de homossexuais masculino*, analisa a manutenção da hegemonia do discurso normatizador da heterossexualidade, que é ensinada, consentida e legitimada nos ambientes escolares, construindo, assim, uma violência simbólica em relação aos indivíduos homossexuais. Embora o trabalho focalize os indivíduos do sexo masculino, ele pode ser estendido para os transgêneros, que passam pela mesma violência, muitas vezes, de forma mais explícita, pois se vestem e expressam de uma maneira que não condiz com seu sexo biológico

Expresso em outros termos, muito tem se discutido sobre educação, currículo e propostas educacionais, problematizando a maneira que esse paradigma tem sido

retratado (ou não). A temática dos corpos e controle também se faz bastante presente, sendo um ponto em comum em alguns estudos.

Pereira (2012) segue essa mesma linha, apontando práticas sexistas no cotidiano escolar provindas de valores morais e sociais já estabelecidos pelo discurso heteronormativo, fenômeno a intensificar a reprodução de homofobia. Pereira faz entrevistas com professores e alunos de Aracajú, analisando relatos de atos preconceituosos e questionando o papel da escola.

Filosofia, educação e educação sexual: matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de Freud, Reich e Foucault para a abordagem educacional da sexualidade humana segue a mesma vertente, mas usa, como parâmetros, as ideias de autores clássicos para a análise da sexualidade humana, partindo de uma abordagem filosófica e antropológica relacionada ao ensino da educação sexual. Utiliza uma linha cronológica, mostrando a continuidade/ruptura do pensamento dos autores selecionados por ele a fim de mostrar os laços entre o pensamento teórico e o momento em que foram articulados (SILVA, 2001).

Na perspectiva de reconhecimento das narrativas LGBT, alinham-se as obras *Heteronormatividade e sexualidades LGBT: repercussões dos discursos escolares na constituição das sexualidades não normativas* (BRAGA, 2012) e *Purpurina na terra do cangaço: refletindo a homossexualidade na escola* (FREITAS, 2009), que se debruçam sobre os comportamentos e as violências simbólicas, utilizando o conceito de *habitus*, de Bourdieu.

Comparando a situação da educação atual com a do século anterior, apesar das permanências, transformações podem ser identificadas no cotidiano. O aluno de hoje não é o mesmo de décadas atrás, outras realidades e necessidades surgiram, o que possibilita outro olhar para esses indivíduos.

A educação sexual em tempos mais conservadores tendia a trabalhar aspectos de prevenção e indiretamente contribuía para a preservação de valores, mas, atualmente, esse campo é mais amplo. Reis (2006) em *Sexologia e educação sexual no Brasil nas décadas de 1920-1950: um estudo sobre a obra de José de Albuquerque*, retrata essa temática a partir da perspectiva higienista dos séculos XIX e XX e seu reflexo na educação sexual, bem como ela foi forjada para servir a determinado propósito.

Já Cordeiro (2019), que utiliza um título chamativo e que propicia um olhar problematizador, intitulado *A bixa-preta na escola e nas redes sociais: da afetividade*

de uma vida à hipersexualização de um corpo, focaliza questões da afetividade e sexualização dos corpos negros, enfatizando a educação infantil, para identificar aspectos da construção dos afetos. Para isso, está pautado nos escritos de Foucault, a fim de analisar os discursos e seus desdobramentos, sobretudo no que diz respeito ao racismo e à vivência, como diz o autor, das bixas-pretas.

Como visto, os aspectos relacionados à etnia também influenciaram as pesquisas acadêmicas acerca da sexualidade e educação, esboçando outras perspectivas que problematizam as vivências dos indivíduos nas escolas e as consequências que as violências física e simbólica produzem neles, afetando-os psicologicamente. Além disso, é visto como práticas homofóbicas podem ser reproduzidas tanto no ambiente escolar quanto fora, tendo influência direta dos discursos sobre os corpos, assim, a não problematização dessa temática no ambiente escolar, apenas colabora para que isso continue a acontecer.

Isto posto, remetemos novamente a pensar os currículos e seus norteadores, como os PCNs e a BNCC, os quais indicam os caminhos para as práticas educacionais, porém se eles não estiverem alinhados para uma ideia de pluralidade de identidades, nos aspectos socioculturais, não haverá transformações positivas nesse quesito.

Em síntese, os estudos tratam fortemente os efeitos de sentido produzidos pelos discursos, que influenciam no controle dos corpos e das sexualidades. Assim, a educação está atrelada ao poder e os usos dessa ferramenta para justificar comportamentos e hierarquizar indivíduos. Os silêncios gerados pelo currículo e pela escola colaboram para a reverberação de ideias atreladas à cultura patriarcal heteronormativa.

Dessa forma, justifica-se a relevância da problematização desses discursos e historicizar a maneira como eles e essas situações acontecem para colocar em debate o ambiente escolar, a fim de contribuir para que, futuramente, os ecos desses questionamentos possam facilitar o entendimento e indicar caminhos para um currículo com elementos decoloniais.

1.4 Aproximações e semelhanças nas produções acadêmicas

Tal temática, como já mencionado, abrange um número vasto de estudos, que se dedicaram a tratar acerca de suas várias possibilidades de análise. Contudo, assim como a ciência está em constante transformação, as informações também se inovam. Afinal, as experiências dos indivíduos LGBTQIA+ da atualidade diferem da comunidade de 30 anos atrás, bem como as produções acadêmicas, que apesar de, por vezes, analisarem elementos do passado, visam contribuir para as recentes necessidades do grupo em questão.

Porém, muito do que é debatido nas universidades acaba não alcançando as escolas, o que pode ser observado por meio das próprias pesquisas aqui apresentadas, que esboçam como a homofobia e os discursos heteronormativos fazem-se presentes no cotidiano escolar, nos obstáculos em trabalhar a temática da inclusão da sexualidade e a ausência dessas perspectivas nos currículos, o que faz com que o ambiente escolar acabe não sendo aquilo que a educação do século XXI, como proposto pela BNCC, deveria ser, isto é, integrador, plural e voltado para todos os tipos de alunos que existem.

Desse modo, entendemos todas as dificuldades encontradas pela escola, que, mesmo estando no século XXI, ainda possui estruturas que remetem a pensamentos antigos. Porém, tal ambiente é um local de pluralidade de indivíduos, vivências, encontros e relações, que têm a possibilidade de ir contra essas estruturas. Neste sentido, o currículo escolar deveria ser uma ferramenta de apoio a essa causa. A omissão desses assuntos pode causar consequências graves nos ambientes que cruzam a escola (sociedade, família, entre outros), assim sendo, faz-se necessária a problematização desses documentos.

A partir desse pressuposto, entendemos que a academia tem se mostrado como um espaço aberto a novas pesquisas e tem proporcionado um debate mais amplo no que diz respeito às identidades sexuais, algo que há mais de 50 anos talvez não fosse tão exequível, assim, devido à maneira pejorativa que a homossexualidade era tratada nas diversas esferas sociais, sendo considerado um assunto ainda mais polêmico que na atualidade. Portanto, durante anos, foi tratado como um tema coadjuvante das pesquisas, sobretudo as que o relacionavam com educação.

Expresso isso, o avanço das produções acadêmicas de mestrados e doutorados acerca da diversidade sexual pode ser encarado como algo positivo e como fruto advindo das reivindicações e transformações sociais, presentes na pós-modernidade e a crise das identidades, como proposto por Hall (2011). As demandas requisitadas pelo Movimento LGBTQIA+ atingiram parte de seus objetivos e demonstraram que a abordagem das sexualidades é algo passível de análise científica, merecendo destaque para possíveis ações afirmativas, políticas públicas, reconhecimento e formas de erradicação de práticas homofóbicas.

Levando em consideração os locais de produção dos estudos selecionados pela busca, nas várias regiões do país, essa temática está presente na academia e mostra-se fortemente como objeto de pesquisa nos últimos cinco anos, tratando não apenas de elementos do passado, mas evidenciando também aspectos da atualidade.

Por mais que esses trabalhos sejam de estados diferentes, percebemos que eles possuem muito em comum, como a queixa sobre as dificuldades encontradas pelos indivíduos LGBTQIA+ no ambiente escolar, a crescente homofobia produzida pelos discursos tradicionais, religiosos e heteronormativos.

Dessa forma, conforme citado anteriormente, a educação básica não tem acompanhado com a mesma intensidade essas mudanças, como identificado nas pesquisas levantadas. Embora muito tenha sido escrito sobre esse assunto, na prática, os estudos indicam a grande defasagem que escolas regulares apresentam na promoção de um ensino que valorize e seja voltado para a diversidade.

A pesquisas acadêmicas, de forma geral, indicaram a ausência, sobretudo nos currículos escolares, de um enfoque destinado ao debate sério e necessário para com as sexualidades. Aspectos como diversidade cultural e saúde até são mencionados, mas a abordagem verticalizada nem sempre é identificada, como mencionado nos trabalhos que serviram de referência bibliográfica para este levantamento.

Tais indicadores apontam a importância do currículo para o ambiente escolar e do dia a dia na sala de aula, uma vez que esse documento orienta as temáticas essenciais que devem ser abordadas pelos professores, ou seja, a ausência desse assunto nas bases curriculares, faz com que essa abordagem não se configure como algo prioritário e, por vezes, ela acaba por não viabilizar o debate da diversidade nas escolas.

Portanto, a presente busca pelas pesquisas acadêmicas deu o embasamento necessário para prosseguir com este estudo, pois indicou as lacunas presentes nos documentos curriculares e na BNCC, que formalizam os elementos obrigatórios a serem tratados em sala de aula. Dessa maneira, identificamos que a academia também está atenta para a necessidade de uma educação que não se pautar na heteronormatividade e dê indícios para a abordagem positiva a respeito das homossexualidades e demais identidades.

Considerando o estudo que apresentamos, muitos pontos aproximam-se, em especial os que dizem respeito à relação da sexualidade e poder, à influência e repercussão dos discursos e à relevância do ambiente escolar para a valorização das identidades. Apesar disso, propomo-nos a destinar um olhar mais centralizado na questão histórica, em especial nos efeitos de sentido produzidos pelos discursos, ao analisar os documentos norteadores curriculares, a fim de identificar possíveis silenciamentos. Tratamos aqui também a educação como uma possibilidade de combate às homofobias e diminuição de casos de violências físicas e simbólicas, que vão para além da instituição escola.

2. História da educação sexual no Brasil

A inserção da educação no Brasil possui um vasto histórico que remete à época colonial, desde a chegada dos jesuítas e o processo de catequização da população indígena. Entretanto, conforme a nação aos poucos passou por transformações, o processo educacional não esteve alheio a essas mudanças e sofreu alterações.

Contudo, a transmissão de conhecimento não é uma ação neutra de intencionalidade, dessa forma, o ato de ensinar carrega consigo uma série de sentidos que estão atrelados à forma de pensar daquele que está passando adiante as informações.

Sendo assim, a educação com ênfase no ensino sobre sexualidade passou por um processo de adaptação e inserção nas escolas. Iniciado por meados dos anos 1920, essa tendência trazia uma abordagem que evocava aspectos relacionados à saúde, não propriamente acerca dos elementos culturais que o tema propõe.

Dessa forma, este capítulo aprofunda a maneira que o ensino acerca da diversidade sexual foi se desenvolvendo no Brasil, utilizando a noção de poder proposta por Foucault (2019) para analisar esse processo, identificando as transformações advindas do século XIX até a atualidade, entendendo como a inserção da sexualidade foi inserida no contexto educacional.

Tal inserção é vista pelo campo tanto das relações sexual quanto da identidade, como proposta por Hall (2011) acerca do pertencimento a determinado grupo, por meio de costumes e memórias.

A ideia de “identidade” nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recriar a realidade à semelhança da ideia. (BAUMAN, 2001, p. 26)

Portanto, a análise se baseia nas ideias de identidade como uma construção social por meio das relações efetivadas pelos indivíduos uns com os outros, como apontado por Foucault (2019), e trazendo este pensamento para o que diz respeito a sexualidade e como ela se relaciona com o poder.

2.1 Educação, sexualidade e poder

A diversidade sexual, atualmente, faz parte dos debates acadêmicos e tornou-se um tema de referência nas pesquisas científicas desde o final do século XX e, mais fortemente, no século XXI. Tal feito é consequência de uma transformação histórica advinda de reivindicações sociais e por ser um campo de estudo recente, havendo a necessidade de identificar as causas desse atraso, o que se tornou pauta nas universidades, sobretudo no que diz respeito à educação básica, que se insere fortemente como um momento de importância para o debate e a introdução do conhecimento sobre a sexualidade.

O uso do poder é uma ferramenta que está presente em diversas esferas sociais. Diversos pensadores que estudaram acerca do poder e da maneira que ele instala-se na sociedade deram algumas explicações como ele pode ser identificado em sua funcionalidade. Dentre eles, temos Hobbes (1979) que trata sobre a presença de um Estado para regular o uso do poder, a fim de evitar que os próprios homens prejudiquem-se entre eles.

Apesar disso, o Estado tem exclusivamente o monopólio do poder, apesar de possuir o uso legal da força (exército e polícia) a seu favor. Partiremos do princípio estabelecido por Foucault (2019) que estabelece o poder como fruto de práticas sociais construídas historicamente, por meio das relações sociais. Sendo assim, não há um indivíduo que possua o poder, mas estruturas que influenciam nas ações, comportamentos, relações sociais e forma de viver das pessoas.

Para o autor, existe uma genealogia do poder na sociedade contemporânea que se estabelece entre saber e poder, dominação e controle. Assim, por meio do Estado e das estruturas que o cercam, o poder é exercido e, muitas vezes, pode não ser percebido por quem o pratica e quem o recebe, pois já está integrado nas práticas e comportamentos diários.

Assim, Foucault preocupa-se com os efeitos do poder, ou seja, os sujeitos exercem o poder por meio de técnicas, manobras ou disposições e ele tem efeitos sobre suas ações, que podem ser contestadas, respondidas ou absorvidas. Foucault ainda menciona que o exercício do poder dá-se entre indivíduos capazes de resistir, ou seja, pode haver reação do outro, o que, para ele, é fundamental.

A escola, por sua vez, também é entendida como um local com aspectos político-sociais, os quais contêm elementos do poder e do discurso operante na sociedade, fazendo com que essa instituição tenha um impacto nas relações e hábitos dos indivíduos mediante a forma que ela está presente na rotina das pessoas.

Como abordado por Quijano (2009), existem outras formas de se analisar as relações de poder:

Tal como o conhecemos historicamente, à escala societal o poder é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controlo dos seguintes meios de existência social: 1) o trabalho e os seus produtos; 2) dependente do anterior, a 'natureza' e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjetividade e os seus produtos, materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças. (QUIJANO, p. 76, 2009).

Isso pode ser usado como referência para os estudos sobre sexualidade, envolvendo relações de gênero e comportamento social, afinal, estas estão presentes nas práticas sociais e remetem a consentimentos, alianças e negociações, ou seja, há uma constante troca entre os indivíduos, os quais estão a todo momento reproduzindo os efeitos de poder em suas falas e gestos.

Interrelacionando os três tópicos, é possível mencionar duas vertentes, as quais se fazem presentes de forma rotineira e ocasionam um diálogo entre eles, que é a questão disciplinar, presente fortemente na escola e a corroboração com a ideia de ser diferente (principalmente, entre homossexuais e heterossexuais).

Esses dois fatores são formas que o poder pode ser exercido nas relações, pois, historicamente, a maneira como um grupo posiciona-se em relação ao outro evidencia elementos sobre comportamentos, que podem ser vinculados a normas de conduta, logo, o controle dos corpos e de seus usos, bem como a evidenciação das diferenças, designando os respectivos lugares para os diversos grupos. Desse modo, a disciplina e a ideia de ser diferente produzem efeitos e podem relacionar-se.

Primeiramente, no tocante às normas disciplinares, estas são constituídas por meio de práticas cotidianas, que, com o passar do tempo, foram se tornando naturalizadas. Nelas, podemos detectar estratégias e determinações que condicionam os sujeitos em seu cotidiano, como o modo que homens e mulheres devem vestir-se, caso um rapaz utilize roupas consideradas femininas, ele pode ser discriminado. Além das vestes, existe também o que é feito com o seu corpo.

Em uma sociedade com heranças burguesas, o uso do corpo tende a ser voltado para o trabalho. O corpo feminino também é pensado, como exemplo da procriação, e discursos são repetidos diariamente para que a mulher entenda que seu papel é o de ser mãe.

Nesse contexto, a educação possui um papel marcante, pois é nas escolas que os jovens passam grande parte de seus dias. Esse local também está repleto de normas, as quais, se forem descumpridas, são passíveis de punição. Um corpo escolarizado está acostumado a passar muito tempo sentado, levantar a mão para solicitar a palavra e sabe os locais onde há permissão para frequentar ou não.

A sexualidade também está nesse meio, pois a maneira como meninas e meninos são educados para saberem os papéis sociais de seus corpos e dos comportamentos deles inclui a diversidade sexual, visto que o sujeito homossexual, que não se enquadra na heteronormatividade, pode ser alvo de piadas e exclusão. Esse fato acontece em muitos casos nas escolas, por reproduzirem o discurso que gira em torno da heterossexualidade, com atos que podem parecer inocentes, como filas separadas para homens e mulheres e cores que meninos e meninas podem e não podem usar, mas que estão repletos de intencionalidades e, muitas vezes, acabam não sendo percebidas por aqueles que os praticam.

Em relação às diferenças, podemos identificar os traços do poder nos marcadores sociais, que distinguem: classe, gênero, raça, aparência física, sexualidade, entre outros. Muitos são os argumentos utilizados para justificar e evidenciar as diferenças, como a biologia, que enfatiza em aspectos do corpo humano, como órgãos genitais e força física para justificar funções masculinas e femininas, o que garante também o discurso dominante, atrelado ao homem branco, heterossexual e burguês.

As diferenças, de fato, existem, mas o que é colocado em questão é o status ao qual os indivíduos são sujeitados a partir do grupo com que eles se identificam, pois haverá um tipo de tratamento para aqueles que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ e haverá outro tratamento para os que não se incluem nesse grupo.

Dessa forma, é visto que não apenas características biológicas são elementos que definem as diferenciações, mas também os aspectos culturais, que são rotineiros e, por meio das identidades, marcam como as pessoas vão se identificar ou não com determinados grupos, assim como, por meio das vestimentas e comportamentos, é possível diferenciá-los.

Assim, a educação também se faz presente nesse processo, nas rotinas escolares, a delimitação das diferenças é evidente quando essa instituição hierarquiza sujeitos, classificando quem são os melhores e os que não são, quando proporciona experiências diferenciadas para meninos e para meninas, como na prática de esportes e quando reproduz a norma dos comportamentos masculinos e femininos que são aceitáveis para cada gênero.

Indo adiante com a interação entre educação e poder, utilizando a educação brasileira como exemplo, desde os princípios, a escola já possuía um público-alvo, sendo a educação destinada para as famílias com melhores condições sociais, ou seja, o conhecimento formalizado circulava pelas elites e gerava exclusão, pois as demais classes não tinham acesso a ele. Assim sendo, basicamente, a informação e a erudição eram destinadas a um grupo seletivo, sendo que, majoritariamente, os homens eram os sujeitos que tinham direito a essa educação formal.

Partindo da concepção de que a escola surgiu como a essência de organização do saber e na tentativa de acolher interesses específicos, a exclusão passa a moldar a forma social e a ser exercida como forma de poder, atrelando o conhecimento às amarras de uma educação indutiva, articulada a uma rede de interesses classistas. O homem que se insere na instituição é educado para fins passivo e pouco analítico. (FILHO; FILHO. p. 4, 2013).

Além disso, a escola, em sua estrutura, produz efeitos de poder como visto nas relações entre alunos (da mesma sala ou de séries diferentes), funcionários, professores e gestão, hierarquizando indivíduos e suas funções naquele local, tornando-se algo naturalizado, o que acaba passando de forma despercebida.

Outra manifestação do poder é o fato dos conhecimentos ensinados e o discurso passado ser o de focar em exigências profissionais, que, muitas vezes, condicionam o aluno a pensar em ganhos financeiros e não em fazer aquilo que ele realmente gosta ou quer. Essa prática pedagógica está atrelada ao pensamento capitalista que visa às questões ligadas ao lucro, porém, devido às realidades distintas de cada escola, não faz parte da realidade daqueles alunos.

Práticas que têm exclusivamente essa finalidade acabam por excluir aspectos socioculturais do debate e não adentram no universo no qual aquela comunidade em específico está inserida, deixando também de proporcionar os conhecimentos a respeito de vivências sociais, o que facilita a reprodução de um discurso que não contempla as experiências daqueles indivíduos, mas, mesmo assim, acabam por naturalizá-lo.

Utilizando o pensamento de Cuche (1999), podemos comparar também essas práticas com o conceito que o autor apresenta a respeito de identidades maiores³ poderem definir ou até mesmo destinar espaços específicos para determinados grupos, o que implica como essas identidades menores serão vistas e tratadas em dado contexto.

Por conseguinte, os anteriormente citados complementam-se na presente pesquisa ao servirem como embasamento teórico na análise acerca da educação, sexualidade e poder, concedendo indícios para aprofundar o debate sobre como historicamente a diversidade sexual não esteve contemplada no ensino básico, a fim de identificar se, nos dias atuais, houve avanços ou não na educação para as diversidades.

Desse modo, será aqui visto o percurso histórico sobre como a sexualidade, a educação e o poder conectam-se no ensino brasileiro, dividindo em períodos para pontuar como em cada um desses momentos a diversidade sexual era colocada de fato em discussão, por meio de orientações e demandas sociais, que implicaram as elaborações de pautas, programas e currículos, a fim de evitar a abordagem ou afirmar a existência das diferenças.

A presente pesquisa visa compreender a inserção (ou a falta dela) da diversidade sexual nos norteadores curriculares. Para isso, neste capítulo, uma análise da história da educação, com ênfase na diversidade de gênero será apresentada, a fim de entender o percurso da emergência desse assunto na educação.

Considerando o que foi apresentado, para além da educação em si, também será trabalhado a respeito da escola como uma instituição, como proposto por Foucault (2019), a fim de apontar suas finalidades e formas de atuação social nas diferentes épocas, enfatizando as questões de gênero e sexualidade, como partes constituintes desses segmentos, focalizando nos silenciamentos provocados pela maneira que historicamente tal instituição fez-se presente no Brasil.

O processo da formação de um sistema educacional no Brasil possui um histórico extenso, desde os ensinamentos proporcionados pelos jesuítas até os dias atuais. Com a presença portuguesa em terras brasileiras, a educação iniciou-se com

³ O autor entende como identidades maiores, grupos sócios dominantes, os quais possuem melhores engajamentos, como exemplo, em uma sociedade ocidental, o indivíduo hétero, branco e do sexo masculino tende a exercer um papel social que possui uma visibilidade mais aceita

um caráter religioso, tendo a finalidade da catequização indígena. Consequentemente, o conhecimento bíblico era o foco da aprendizagem, além de fazer com que os povos indígenas aprendessem o português a fim de ampliar as possibilidades de comunicação.

Outra vertente educacional é o caráter informal que a educação sexual tem, sendo aquela tratada pela família no âmbito particular de suas casas, desde o nascimento da criança. Porém, apesar de estar fora dos muros escolares, essa forma de ensinar é influenciada pela sociedade e cultura a qual está inserida, o que significa que ela também reproduz o discurso que está em voga naquele contexto. Isso faz com que a educação formal (institucionalizada pela escola) tenha um impacto direto naquela que é praticada nos lares dos indivíduos.

2.2 Da passagem do século XIX a metade do século XX

A sexualidade é algo que sempre esteve presente nos seres humanos e nas relações com seus semelhantes. Os prazeres, as vontades, a convivência, são aspectos que se interrelacionam e vão além da finalidade reprodutora do sexo, afinal, essas características são frutos das construções sociais estabelecidas pelos diferentes grupos, tendo historicidade e raízes culturais, o que exemplifica como cada comunidade lida com essa pauta. Porém, mesmo aquelas que não falam abertamente sobre isso, essa condição acaba por acontecer ou ser idealizada no âmbito privado, no particular de cada um.

A orientação sexual das pessoas está presente nesse contexto e não pode ser separada dele. Se observarmos como a homossexualidade tem sido tratada em relação à heterossexualidade, que é seu oposto e o que determina padrões, é visto que as relações homoafetivas foram deixadas à margem.

Freyre (2001) retrata muito bem sobre a lascividade da sexualidade heterossexual masculina, em que esta era permitida e até mesmo incentivada, pois os jovens rapazes já tinham suas experiências com as escravizadas, sendo motivo de orgulho ao pai por ser um homem de verdade.

No interesse da procriação [...] para satisfazerem caprichos sexuais [...] Não era o negro, portanto, o libertino: mas o escravo a serviço do interesse econômico e da ociosidade voluptuosa dos senhores. [...] o abuso de uma raça por outra. (FREYRE, p. 402, 2001)

Não se trata aqui de analisar minuciosamente os escritos de Gilberto Freyre e a maneira como este retratou como os prazeres eram executados durante a colônia, mas pontuar como o autor retrata a permissividade sobre os atos sexuais feitos pelos homens brancos durante aquele período.

Nesse viés é identificada uma das maneiras como o poder é exercido em uma sociedade, nesse caso, através do sexo, que era autorizado e exaltado para um grupo específico, e uma outra parte da população (como as escravizadas) estava a à mercê dessas práticas.

Nesse contexto, podemos observar o que diz respeito à sexualidade feminina, esta tinha um papel mais submisso em relação ao homem, inclusive casavam-se cedo com homens mais velhos (Freyre, 2001). Já a homossexualidade era uma prática condenada, pelo viés religioso e social, o que vai ao encontro do que diz Foucault (2009) sobre as relações de poder que envolvem gênero. Esse mesmo pensamento mostrou-se como uma permanência na história, perdurou o século XX e ainda se encontra presente nos dias atuais.

Ribeiro (2004), ao tratar das fases da educação sexual no Brasil, considera a diferença da maneira que as permissões eram cedidas para os homens e as mulheres, afirmando que:

[...] o primeiro momento de educação sexual no Brasil: sexo pluriétnico libidinoso para os homens: submissão e repressão do comportamento sexual da mulher; e normas, regras e condenações por parte da Igreja. (RIBEIRO, p. 16, 2004).

Em relação à história da educação no Brasil, esta passou por diversos momentos e aspectos atrelados a determinados contextos. No que concerne à orientação sexual está atrelada a essas transformações e teve suas maneiras de ser postas em questão de formas diferentes em cada uma dessas épocas.

Após o período colonial e a expulsão dos jesuítas, a educação ficou em segundo plano até meados do século XIX, momento em que houve a criação de universidades e escolas. Neste interim, houve lacunas relacionadas tanto aos indivíduos que podiam ter acesso ao ensino, quanto para os conteúdos que deveriam ser passados adiante.

Ao tratar de educação no Brasil há 100 anos, é possível observar a segregação de gênero nessa instituição. O processo educacional era destinado para homens, já as mulheres, em sua maioria, não eram contempladas com o direito aos estudos e, quando podiam estudar, em alguns casos, ficavam em suas casas, com a

presença de um professor particular ou em colégios femininos religiosos, que passavam conhecimentos como as normas de etiqueta, comportamento social para uma mulher, ensino bíblico, latim e conhecimento sobre as artes.

O Brasil, colonizado e influenciado pelos ideais europeus católicos e conservadores, irá reprimir a sexualidade e sua manifestação desde os primórdios da colonização portuguesa. A Igreja Católica defende a família patriarcal [...] o “uso da sexualidade era apenas destinado à reprodução. Desejo sexual e prazer eram impróprios. Da colônia, do Império à República, nada muda. (RIBEIRO, p. 10, 1990).

Ribeiro (1990) aponta que o ocidente, pautado nas doutrinas católicas, considerava pecado os males da luxúria, sendo um dos motivos para não se falar abertamente sobre sexualidade e educação sexual. O autor salienta também que a necessidade de estudos sobre essa temática na época apareceu devido à repressão sexual do período, uma das características marcantes daquele contexto.

Ainda nos estudos de Ribeiro (1990), é identificada a questão da moralidade, advinda de padrões burgueses da sociedade. Foucault também problematiza a relação da sexualidade e da burguesia, que, ao tratar sobre a noção dos controles dos corpos, apresenta sobre o modelo de sociedade burguês, em que devido às novas relações de trabalho, aquilo que é feito com o corpo deve ser vigiado e controlado. Dessa forma, entendemos que não apenas o pensamento religioso, mas também a nova classe social apresenta-se como fator de repressão.

A ciência e a medicina da época também atuavam como controle sexual, como as influências higienistas, que ao abordar sobre sexualidade, enfatizavam a questão do poder sobre os corpos em relação à prevenção de doenças. A década de 1915 é um exemplo disso, quando se pensava a respeito da higiene social, para eliminar as impurezas que atrapalhavam o bem-estar. Embora seja uma pauta importante, não era problematizada em sua totalidade, resumindo a temática apenas a um teor sanitário, sem expor a complexidade que envolve identidades e relações de gênero.

Neste sentido, apesar do pensamento religioso ainda mostrar-se muito forte e significar uma permanência, assim como o sistema heteronormativo, a virada do século XIX para o XX foi marcada pela presença da industrialização e urbanização, o que trouxe a necessidade de pensar de outra forma a população. Assim sendo, a ciência torna-se mais presente, o discurso médico passa a ser levado em maior consideração por questões de higiene e de saúde.

Respalgadas pelas teorias sexuais europeias de Willian Acton e Krafft-Ebing, a medicina higiênica brasileira caracterizava a prática sexual como responsável por doenças; via a masturbação infantil [...] como nociva e por conseguinte precisava ser contida; e intervia na educação escolar defendendo o colégio interno como a instituição onde a infância e juventude ficariam a salvo de influências perniciosas. (RIBEIRO, p.18, 2004).

Dessa forma, todos esses pensamentos eram utilizados como forma de repressão sexual no que concerne às práticas propriamente ditas e aos desejos e identidades sexuais, tornando-se barreiras difíceis de serem superadas, pois o discurso dominante presente estava em sintonia com o que era disseminado socialmente.

Expresso em outros termos, toda essa forma de reprimir e controlar a sexualidade fez-se presente na maneira que o processo educacional era realizado naquele contexto. Assim, a escola, em consonância com o discurso, configurava-se como um local de inibição e vigilância dos corpos e vontades, o que está inter-relacionado com a questão de gênero e os papéis femininos e masculinos, sobre o comportamento daqueles que fogem à norma, como os meninos de traços afeminados.

A distinção entre gênero era uma consequência social, refletida nos processos educacionais. Designar lugares de meninos e lugares de meninas, especificando o que serve para cada um, como e o que deve fazer e aprender, é uma forma de segregar, que, socialmente, é identificada nos papéis destinados aos sexos e, em muitos momentos, a instituição escola reforçou e ainda reforça esses atos.

Desde seu início, a escola possuía um caráter de divisão, decidindo aqueles que podem ou não ter acesso a ela, e dividindo [...] internamente os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização [...] (LOURO, p. 57), assim, por muito tempo, privilegiou aqueles que faziam parte de famílias ricas, em sua maioria meninos, os quais, mesmo estando no mesmo local, eram divididos, inclusive pela sexualidade, a qual não podia ser comentada, porém, ao identificar o desvio da norma, aquele indivíduo passava a carregar uma marca fictícia, que determinaria como ele seria tratado em relação aos demais.

Além disso, o fato de as mulheres, por não poderem frequentar os mesmos colégios que os rapazes, nem mesmo ter a possibilidade de educação tão facilitada quanto a deles, mesmo advindo de uma boa classe social, demonstra a não valorização da presença feminina em espaços voltados para os estudos,

consequência da inferiorização sofrida pelas mulheres e pelo “ser feminino”, o que causava impacto também nos homens de jeitos e traços afeminados, que, ao serem comparados às meninas, enquadravam-se em situação de marginalização.

Tal fator carrega consigo uma naturalização de comportamentos e de ideias, que, segundo Foucault, fabrica os indivíduos por meio da disciplina, interiorizando, de forma sutil, aquilo que é destinado a cada um dos gêneros. O próprio interior das escolas reforça isso também, como a postura que os alunos devem seguir, o agrupamento dos indivíduos, a circulação pelas dependências do prédio, em especial, as atividades ao ar livre, que, de acordo com Louro (1997), são preferidas pelos meninos.

Assim, é perceptível que essas práticas “[...] constituem suas identidades “escolarizadas”. Gestos, movimentos, sentido são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas [...]” (LOURO, p. 60), assim como as preferências também são definidas nesse processo.

Portanto, desde o início do século XX, são identificadas essas heranças de um modelo escolar anterior, que se reproduziu durante aquele contexto. Ao decorrer do tempo, esse molde foi encontrando resistências, sobretudo, no período pós-moderno, com as novas identidades culturais como tratadas por Hall (2011).

O mesmo pode ser analisado a respeito da educação sexual no mesmo período, que não abordava diretamente as diferenças ou identidades sexuais, mas focava em questões relacionadas à saúde, como a prevenção de doenças, a gravidez e o pudor em relação ao sexo, relacionado a um pensamento religioso.

A homossexualidade era tratada como crime ou até mesmo como patologia e problema psicológico passível de tratamento, o que dificultava ainda mais um debate aberto em sala de aula sobre essa temática. Portanto, o fato de ser homossexual carregava o estigma de criminoso ou de doente mental, reproduzia estereótipos preconceituosos e representou uma lacuna no ensino sobre diversidade sexual e no entendimento sobre essas diferentes identidades, assunto que, na época, era pouco comentado.

Manuais destinados aos professores também continham orientações sobre os cuidados com os alunos, em relação aos corpos, sobre o andar, o sentar e o agir. Escolas femininas tinham como foco atividades manuais, para formarem jovens prendadas, capazes de manusear agulhas e trabalhar com pinturas. Neste sentido,

observamos que os materiais elaborados para os professores possuíam também esse viés do controle e disciplinamento.

Os currículos escolares, documentos fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem funcionavam igualmente como reprodutores do discurso, pois, nos silenciamentos, estão presentes intencionalidades. Aquilo que não é tipo, também faz parte do discurso, pois o que é dito, de acordo com a semiótica, foi selecionado para compor um texto de forma intencional, sabendo que poderia omitir ou não falar sobre outros assuntos.

Levando em consideração tudo que foi anteriormente citado, a primeira metade do século XX não foi um período favorável à construção das identidades, devido ao contexto conservador, oriundo de um pensamento advindo dos séculos anteriores, mas pensadores sobre a educação já almejavam inserir noções sobre o sexo.

Godoy (2018) faz um percurso sobre a história da educação sexual e aponta como sendo o âmbito médico-educacional em que afloram as discussões sobre a temática, devido à necessidade de médicos e, posteriormente, educadores desenvolverem teorias para sustentarem o discurso oficial, a fim de resolver problemas da saúde pública, sendo, neste interim, que surge a sexologia, ciência responsável pelos saberes sexuais, tendo contribuições principalmente de médicos, psicólogos e educadores.

Novamente a higiene e questões sanitaristas são fatores que aproximam a educação à sexualidade e tendo essa nova ciência – a sexologia – que pensa como se dão essas relações sexuais, a saúde torna-se um destaque para a pesquisa e para a educação daquele período, pois o que seria ensinado nas escolas carregaria consigo um caráter relacionado à saúde e a impedir a proliferação de doenças.

Por fim, o percurso durante o início dos anos 1900 foi cercado de influências de décadas anteriores, bem como pelo advento da medicina e da sexologia. Na segunda metade do século XX, outras tendências foram tomando rumo e os estudos sobre orientação sexual na educação básica acompanharam o contexto que estava surgindo. No próximo subtítulo, abordaremos sobre esse período.

2.3 Da Guerra Fria à Pós-modernidade

A história do Brasil dos anos 1950 em diante é marcada por uma série de eventos, no âmbito político, tais como o regime militar, a abertura política e a nova constituição, assim como no campo da cultura, pela ascensão de ideias feministas, grupos e movimentos sociais de minorias se formando (como o movimento homossexual que teve seus embriões no mesmo período), além disso, surgiram novos estilos musicais e gêneros artísticos ganhando destaque. Posto isto, um certo questionamento de padrões e normas estava sendo identificado nas reivindicações desses segmentos, pois, seguindo o pensamento de Hall (2011), essa pós-modernidade carregava consigo novas identidades e críticas a padrões já estruturados.

Apesar dos debates interseccionais estarem se intensificando, principalmente no âmbito de gênero⁴ e os grupos que estavam à margem começarem a aparecer no debate político-cultural, inclusive na academia, não foi um percurso tão simples ou reducionista. Muito precisou ser feito para que esses avanços, de fato, acontecessem e, mesmo assim, ainda houve inúmeros obstáculos.

Durante a ditadura militar, inúmeros grupos foram perseguidos, censurados e torturados, não apenas os militantes opositores ao sistema, mas também a comunidade gay sofreu com as repressões causadas pelo governo da época.

Quinalha (2022) afirma que o regime tinha um ideal de família e de cidadão, pautado no indivíduo branco e heterossexual. Contendo traços autoritários, era-lhe possível também adentrar na vida íntima das pessoas, vigiando os afetos, o que fez com que as relações homoafetivas, as travestis e todos aqueles que fugissem à norma fossem alvo de repreensão e punição, o que dificultava ainda mais a construção das identidades LGBTQIA+.

No que diz respeito à educação sobre as sexualidades nas escolas, o início da segunda década do século XX, tendo reflexos do que ocorria socialmente, pode ser definido como um período no qual a censura e o silenciamento fizeram-se muito presentes.

⁴ O debate sobre gênero desencadeado pelos estudos e movimento feminista nos anos 1960, foi um dos principais motivos para que a homossexualidade fosse pauta do debate científico nas universidades, além de ter proporcionado que grupos homossexuais comesçassem a se articular melhor socialmente.

Durante o regime militar no Brasil, as possibilidades para abordagem em sala de aula sobre a diversidade sexual e sexualidade foram, a princípio, malvistas, devido à forma como a censura operava, fiscalizando conteúdos, currículos escolares e as práticas pedagógicas implementadas pelos professores.

Entretanto, foi na mesma década, que surgiu, em 1968, no Rio de Janeiro, um projeto de lei elaborado pela deputada Julia Steimbruch do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o qual solicitava a obrigatoriedade da educação sexual nas escolas de nível primário e secundário. Todavia, o projeto foi recusado pela censura, que também considerava como imoral esse tipo de abordagem nas salas de aula.

Na década de 60, mais precisamente os anos de 1963 e 1969, algumas escolas pioneiras tentaram implantar orientação sexual nos programas para os alunos. [...] porém, foram todas iniciativas abortadas em função da ideologia moralista [...] usando argumentação como imoralidade, irresponsabilidade e inutilidade. (RIBEIRO, p. 12, 1990).

Mas, observamos, a partir deste projeto, que nas esferas legislativas estava havendo, embora de forma tímida e velada, um movimento para que a educação pudesse tomar outro rumo e incluísse essa temática, com o intuito de fornecer determinados saberes para os alunos e alunas a respeito de doenças e gravidez.

Novamente, a inserção e a demanda por esse tipo de ensino não tinham como objetivo a abordagem sobre as diversas sexualidades presentes na sociedade, mas continuavam com um caráter vinculado à medicina e à biologia, principalmente no que se refere às possibilidades de gravidez ou à aquisição de uma doença.

O estudo sobre aspectos culturais, que iam além das questões reprodutoras, entendendo as identidades produzidas, relações afetivas e outras formas de conhecer a si mesmo e o próprio corpo não apareciam abertamente, sendo deixadas a critério dos docentes a abordagem sobre elas.

Consideramos, assim, as décadas de 1960 e 1970 como períodos em que o silenciamento do debate sobre sexualidade nas escolas fez-se presente, devido a fatores atrelados ao regime militar que estava em voga no momento. Isso representa socialmente um atraso, que gera consequências na aprendizagem dos discentes e em como os indivíduos que estavam inseridos naquele contexto iriam entender ou lidar com o assunto aqui proposto.

Isso não significa que não houve resistências e nem escolas que implementaram projetos sem que o governo soubesse, porém, aqui não nos atentaremos a isso, mas ao percurso histórico da educação sexual no Brasil.

Apenas a partir de 1978 e o começo dos anos 1980, com o início da abertura política, houve uma retomada, de certo modo, mais aberta sobre a orientação sexual não apenas nas escolas, pois as universidades começaram a ter um aumento no número de estudos sobre a temática, a mídia passou a ser espaço para a exibição de acontecimentos relacionados aos indivíduos homossexuais e, por fim, há novas relações culturais colocando-se e afirmando-se como existentes e reivindicando espaço.

Nas bancas de jornais, já podiam ser avistadas revistas de conteúdo erótico, contendo homens ou mulheres nuas, algo que até então estava proibido. Esse exemplo mostra como a liberdade sexual estava tomando outros rumos socialmente e fazia com que a população precisasse de um esclarecimento maior desse assunto.

Assim, ideias estruturais que já estavam consolidadas têm um maior questionamento, principalmente no que concerne aos padrões culturais e sexuais opressores. As relações de gênero passaram a colocar em questão pensamentos conservadores, revisando o papel da mulher na sociedade e, conseqüentemente, o do homem, sobretudo, aqueles homens que fogem da heteronormatividade.

Na USP (Universidade de São Paulo), houve a criação do *SOMOS: grupo de afirmação homossexual*, constituído por uma classe média universitária, artistas e profissionais liberais, que se reuniram nas dependências da universidade para debaterem sobre a situação dos homossexuais.

Como tratado pelo sociólogo Alberto Melucci, movimentos sociais surgiram devido à ausência do reconhecimento de determinada identidade, o que tem resquícios nos âmbitos sociais, econômicos e políticos. Expresso isso, a necessidade de um movimento homossexual no Brasil é oriunda da forma negligente como o Estado estava condicionando esses indivíduos, então por problemas em comum, surgiu a criação desse grupo.

Isso dá indícios para a possibilidade da construção da identidade homossexual, de uma forma positiva e que eleve essa condição para além dos termos pejorativos.

No início dos anos 1980, ocorreu um novo fator que fez com que a comunidade gay ganhasse um destaque nas mídias, que foi o surto de HIV/AIDS no Brasil. Inicialmente, esse destaque midiático teve um caráter negativo, porém, foi uma maneira de expor que os homossexuais faziam parte da sociedade e precisavam de políticas públicas específicas.

A AIDS foi considerada por muito tempo como a *peste gay*, como se apenas os gays fossem os portadores e transmissores desse vírus. Manchetes nos jornais escancaravam essa informação e tal ideia era internalizada, deixando novamente a imagem dos LGBTQIA+ prejudicada e carregada de estereótipos.

O aumento de casos de pessoas infectadas pelo vírus e a falta de medicamentos e tratamentos para lidar com seus sintomas fez com que muitas pessoas morressem, o que se tornou uma preocupação nacional, algo então precisava ser feito a respeito para que o nível de contágio diminuísse e, conseqüentemente, a doença fosse aos poucos sendo erradicada.

Mais uma vez, a saúde estava presente nos debates relacionados à homossexualidade, entretanto, neste caso, a educação sexual tornou-se um alicerce na luta contra AIDS.

Entendia-se que era um assunto que deveria ser tratado nos colégios de nível básico, a fim de orientar os alunos a evitarem ou a fazerem relações sexuais de forma segura, incentivando o uso de preservativos e a conscientização de uma vida sexual saudável e responsável. Programas educacionais foram criados e difundidos pelas escolas, bem como a criação de ONGS de apoio para indivíduos que já haviam sido contagiados.

Portanto, a proliferação da AIDS proporcionou maior engajamento social e aberturas para o diálogo em relação aos indivíduos LGBTQIA+, mesmo não tendo um objetivo especificamente de cunho cultural ou identitário, tendo mais uma vez um viés de cunho médico, passou a ser pauta nas diversas esferas do país, começando a compor o dia a dia das salas de aula, mesmo que de forma sucinta. Isso se estendeu para o começo da década de 1990, tendo o mesmo foco.

Apenas em 1988, os aspectos culturais começaram a ser mais valorizados nas esferas governamentais. Com a abertura política, houve a promulgação de uma nova constituição, que teve um caráter mais humanitário, pensada no respeito ao próximo e na melhor convivência. Tendo em seu artigo 3º os seguintes objetivos: [...] construir uma sociedade livre, justa e solidária; [...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988).

Embora o documento não especifique sexo como sexualidade, ele abre margens para que se entenda que a discriminação não deve ser tolerada, embora, até aquele momento, a homossexualidade fosse ainda tratada como uma patologia.

Sendo assim, a legislação demonstrava ser, de certa forma, inclusiva e preocupada com o convívio dos cidadãos.

Mas um discurso não se desfaz facilmente, por mais que a constituição propusesse isso, o preconceito ainda operava na mente dos indivíduos, afinal, um pensamento não deixa de existir de forma tão simples. Sendo considerado como uma longa duração, o discurso heteronormativo ainda operava sociedade adentro, então outros recursos eram necessários para combater e incluir o sujeito homossexual.

A nova constituição trouxe consigo também a possibilidade de repensar-se a educação, tanto no quesito de acesso, participação, quanto pelo viés da inclusão e dos conteúdos a serem trabalhados nas escolas. Portanto, a década seguinte, apresentou um efeito advindo desse documento que impactou diretamente no âmbito educacional.

Em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), considerada como um marco na história da educação no Brasil. Essa legislação regulamentou o sistema educacional público e privado a nível nacional da educação básica até o ensino superior.

Um de seus principais pontos levantados é sobre o acesso à educação para todos, reafirmando o que foi exposto na Constituição Federal de 1988, ademais, estabelecendo a respeito da responsabilidade dos estados para com os deveres e os direitos dos estudantes e o que cada município e estado está encarregado.

A lei, além disso, estabelece a respeito dos conteúdos a serem ministrados em sala de aula, dando ênfase em aspectos do respeito à ordem democrática e aos direitos e deveres dos indivíduos como cidadãos, preparando-os para o mundo do trabalho e para a realidade que será encontrada fora da escola.

Recentemente, a legislação passou por duas alterações, sendo a lei 10639/2003 e a lei 11645/2008, que enfocam a inclusão do ensino sobre a história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas, para todas as disciplinas e níveis de ensino, mas enfatizando as matérias de arte e história como as principais responsáveis pela condução desse assunto no plano de aulas.

Isso mostra um avanço para com as minorias, sendo uma forma de reparação histórica à maneira como esses povos tiveram suas heranças culturais deixadas ao ostracismo e como elas estavam sendo abordadas no conteúdo de história, sendo

os povos de origem africana reduzidos ao período da escravidão e a comunidade indígena como meros exemplos do Brasil colonial.

Em seu artigo 26, parágrafo 1, a LDB menciona que:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 1996).

Mas é preciso mencionar também que isso não foi feito de forma aleatória, ocorrendo após inúmeras reivindicações dos movimentos negro e indígena, que, por meio de lutas por mais de décadas, conseguiram essa conquista.

Entretanto, apesar de ser um avanço no quesito da valorização de culturas consideradas minoritárias e na forma como a história desses grupos passou a ser contada, a LDB em si não menciona, em trecho algum, a respeito de diversidade de gênero e muito menos sobre orientação ou diversidade sexual.

Pelo fato de ser uma lei, esse documento esboça um tom de seriedade em relação a seus conteúdos, ou seja, sua obrigatoriedade exige que seja cumprida, embora não seja a proposta do presente estudo dizer se ela é, de fato, seguida, mas, teoricamente, deveria ser respeitada e trabalhada em todos os níveis de ensino.

Ao não conter em seus escritos sobre a necessidade do estudo da diversidade sexual, uma margem é aberta para que esse assunto não seja tratado ou levado em consideração na elaboração de documentos escolares, como os currículos e os projetos pedagógicos das escolas, isso proporciona novamente a ausência do debate dessa temática e prejudica avanços político-sociais para a comunidade LGBTQIA+.

Comparando com a lei 10639/03 e a 11645/08, não há uma complementação destinada aos homossexuais, o que pode ser considerado como uma lacuna nesse processo de desenvolvimento da educação no país, pois, por mais que contemple alguns grupos, ainda não coloca em evidência outros.

Em meio ao debate sobre o que os currículos escolares deveriam compor, em 1998, foram criados os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), que, embora não sejam leis, orientam didaticamente elementos que são necessários no processo de ensino e aprendizagem dos educandos.

Tal documento possui um livro para cada disciplina e contempla uma edição chamada de *Temas Transversais*, a qual esboça a respeito de assuntos que são interdisciplinares e podem ser abordados nas diversas esferas do conhecimento.

Dentre os conteúdos dessa edição, está um capítulo intitulado *orientação sexual*, o qual possui a finalidade de introduzir noções sobre como a vida sexual dos jovens e adolescentes tem desdobramentos sociais e consequências, que precisam ser trabalhadas e entendidas por eles a fim de evitar adversidades psicológicas, físicas e de convivência.

Diante dessa proposta, o manual tem, como alguns de seus objetivos, abordar acerca das diversas maneiras de afeto, incluindo o homossexual e a consciência de haver identidades diferentes da heteronormativa.

Desse modo, o livro de temas transversais destaca-se pela inclusão do tema já mencionado e por entender e apresentar elementos que fogem da norma pré-estabelecida e indicam possibilidades do debate em torno da sexualidade, em particular, a homossexual.

No entanto, a proposta principal do capítulo sobre orientação sexual é explanar sobre saúde, sobretudo, a gravidez na adolescência e maneiras de prevenir doenças sexualmente transmissíveis, o que reforça o modo passado de estudar sexualidade no âmbito escolar. Por mais que seja tratado brevemente o lado cultural das identidades produzidas por essa vertente, o foco principal mantém-se como nos anos anteriores.

Nesse mesmo período, conferências internacionais que envolviam educação estavam sendo sediadas em diversos países, dentre elas, a Conferência da Cúpula de Nova Delhi de 1993, incluindo países populosos, como o Brasil, em que se frisou sobre a inserção de reformas educacionais, para promover o acesso e que favorecessem os valores humanos universais, como a diversidade cultural. Mundialmente, já se falava sobre inclusão para a diversidade, embora o termo homossexual não fosse explicitamente citado.

Em 1994, devido ao surto da AIDS, o MEC (Ministério da Educação) e o Ministério da Saúde articularem projetos e publicaram Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade, seguindo as recomendações da UNESCO e Organização Mundial da Saúde (OMS). Com ênfase na regulação de práticas sexuais seguras, pedia a inclusão da prática da educação preventiva nos conteúdos

curriculares. Novamente, a questão da saúde estava em maior destaque em comparação a aspectos sociológicos que envolvem a sexualidade.

Levando em consideração fatores socioculturais que implicaram diretamente a visibilidade LGBTQIA+ no final daquela década, vale a pena mencionar o surgimento das paradas do orgulho, como a de São Paulo, que ficou popularmente conhecida como Parada Gay, tendo suas primeiras passeatas nos anos de 1996 e 1997. Esse evento, no decorrer dos anos, chegou a atingir um nível grandioso de frequentadores e constituiu-se como uma data no calendário oficial da cidade.

A festividade proporcionou maior destaque ao movimento, que já estava formado, e deu indícios para a valorização das identidades homossexuais. Com a divulgação e cobertura do evento nas mídias, todos podiam ter acesso e até mesmo participar. Isso fez com que, indiretamente, nas escolas, a temática pudesse ser de alguma forma questionada, pois ela pôde gerar assunto entre os estudantes e entre o corpo docente também.

Como podemos observar o dinamismo da sociedade com os grupos LGBTQIA+ estava em constante movimento, atingindo diversas esferas culturais, políticas e educacionais. Se há muito já não era suportável manter os sujeitos homossexuais no ostracismo, com esse período, ficou claro que a mudança era necessária e estava por acontecer. A pós-modernidade, como visto nos estudos de Hall (2011), fez com que esses coletivos reivindicassem cada vez mais seu espaço e abalasse estruturas já solidificadas, como a ideia de identidades fixas e únicas, bem como proposto por Bauman (2001). A fluidez desse novo momento apresenta uma desintegração de paradigmas antigos advindas da emancipação e da individualidade que se articulavam no tocante à sociedade.

Por fim, as últimas cinco décadas do século XX foram intensas no quesito de lutas e afirmação social, tentativas de sobreviver à AIDS e transformações políticas. A educação esteve presente em todos esses âmbitos e teve influências diretas de tudo o que estava acontecendo. Sendo assim, ao comparar com períodos anteriores, é possível atentar-se às conquistas que foram obtidas, apesar de não serem muitas, elas são significativas. Levando em consideração o contexto e o discurso operante, o final dos anos 1990 introduziu um princípio de expectativa e perspectiva para com o debate das questões da sexualidade nas escolas.

2.4 Dos anos 2000 até a atualidade

Após a virada do milênio, o país deparou-se com mudanças mais intensas como anteriormente analisamos. Novas articulações políticas estavam acontecendo e outro cenário estabeleceu-se, tendo impactos diretos no âmbito da educação, que envolveram o embate entre o movimento LGBTQIA+ com setores conservadores.

Tentativas de políticas públicas educacionais para a comunidade gay foram submetidas e algumas obtiveram êxito e foram aplicadas de fato, porém outras acabaram por não serem aprovadas, devido a camadas tradicionais que barraram alguns projetos, como veremos mais a frente, tendo, como exemplo, o chamado *kit gay*.

O âmbito educacional foi impactado com esses projetos e com novos documentos de ensino, dentre eles, a chegada de uma nova Base Comum Curricular que almejava proporcionar ensino de forma semelhante para todas as regiões do país, assim, houve maior articulação no quesito escolar e dos conteúdos a serem ministrados.

É visto que a relação entre Estado e movimentos sociais tem se articulado a fim de colaborar com a elaboração de políticas públicas que atinjam diretamente as chamadas minorias. Entende-se aqui políticas públicas como uma ação do governo na criação de planos e programas, envolvendo diversos órgãos públicos que atendam demandas sociais. Nesse contexto, inserem-se as categorias de diversidade sexual e gênero, que, por meio da articulação dos movimentos e organizações de grupos militantes, reivindicaram direitos, fazendo-o em articulação com o Estado, tendo por vezes interesses contraditórios, e por meio de análises sociológicos elencam pautas de melhorias para esses setores considerados minorias.

As políticas educacionais igualmente enquadraram-se na adesão de políticas públicas e ações afirmativas que são direcionadas à reparação histórica ou inclusão de temáticas nos currículos a fim de promover o possível diálogo para com determinado assunto, como já mencionado, os exemplos das leis 10639/03 e da 11645/08. Não se trata aqui de pontuar a verdadeira aplicação delas, mas referir o que tem sido feito e seus possíveis impactos na educação e sociedade.

Em meio a tensões, o discurso da necessidade do reconhecimento à diversidade esteve crescendo desde o século passado, inclusive a UNESCO já esboçava a propagação do que se dizia uma valorização cultural na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002), sinalizando a pluralidade de culturas e identidades como parte da realidade e destacando a importância da convivência e inclusão.

O que diz respeito à sexualidade pode ser enquadrado nessa pluralidade cultural, devido ao fato de a palavra diversidade ter vários significados e sentidos dependendo de sua aplicação. Tal declaração impactou também no Brasil e no momento político que o país se encontrava, logo, a necessidade de repensar-se políticas públicas educacionais.

A partir de meados de 1990 e início de 2000, houve uma abertura gradual da educação para a discussão das relações de gênero no âmbito das políticas públicas. No caso das demandas por diversidade sexual na educação, pude captar, durante os dois mandatos do governo Lula, um discurso voltado para a inclusão social, com a negociação de muitas reivindicações na direção do que Nancy Fraser (2007) denomina políticas de reconhecimento, ou seja, advindas das pressões exercidas por lutas sociais e ações coletivas que ocupam o cenário político, caracterizadas pela busca de reconhecimento cultural, como forma de superar algumas das desigualdades sociais. Nesse processo, articularam-se as demandas do movimento LGBT, a produção acadêmica sobre o tema e a elaboração de políticas públicas. (VIANNA, p. 798, 2015).

Em 2004, foi criada a SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) no MEC e houve a distribuição de cartilhas orientadoras para a população sobre a comunidade LGBT, como uma resposta às reivindicações do XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBLGT), que ocorreu em 2003, trazendo uma pauta sobre combater a homofobia por meio do conhecimento e da conscientização popular sobre a comunidade gay.

A SECAD, por meio de programas contra a discriminação racial e sexual, proporcionou maior negociação sobre esses temas nas pautas governamentais na elaboração de políticas públicas. Nesse interim, foi criado o programa Brasil Sem Homofobia, em 2004, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

[...] Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual (BSH), cuja centralidade consistiu no combate à homofobia, à violência física, verbal e simbólica e na defesa das identidades de gênero e da cidadania homossexual. A criação do BSH foi pautada pelo movimento social, iniciando-se então o processo de construção do programa. Para tal, resgataram-se demandas históricas do movimento LGBT, além de parcerias com ONGs e universidades no processo de elaboração de justificativas, estruturação e formatação do documento em questão. Sob a responsabilidade da SDH, contou com o

apoio do Ministério da Saúde e do Programa Nacional de AIDS, principal lócus de articulação do movimento LGBT com a referida secretaria (VIANNA, p. 799, 2015).

O programa contava com uma série de itens de ações que viabilizassem a inclusão da perspectiva não discriminatória nas estratégias do governo federal por meio dos ministérios e secretarias; a produção do conhecimento como meio para viabilizar a produção de políticas públicas de combate à violência, sobretudo em relação à orientação sexual; e buscando reafirmar que o combate à homofobia é um papel de todos.

A produção do BSH não foi algo simples e contou com a participação de aliados e adversários do tema, como a camada evangélica e a Conferência dos Bispos do Brasil, o que relaciona a sexualidade com elementos da igreja e que envolvem a moralidade.

Antes de ter um caráter destinado a proporções educacionais, o início do BSH estava pautado em questões de violência e agressões sofridas pela comunidade gay no Brasil, portanto, em seus primeiros momentos, a maior pauta levantada exigia ações que diminuíssem as atrocidades cometidas contra os homossexuais. Porém, a escrita final do programa contou com textos destinados à promoção da cidadania plena para a comunidade gay e por meio de articulações com a SECAD, incluiu, no âmbito das demandas para a educação do programa BSH, o trabalho sobre relações de gênero e diversidade sexual com o intuito de afastar-se da homofobia e promover práticas pedagógicas positivas.

O programa enfatizava também a importância da formação continuada para os docentes envolvendo a temática da sexualidade. Defendia, além disso, o respeito ao desejo, que envolvia a construção dos corpos e identidades.

Vianna (2015) enfatiza que apesar de todo esse esforço documentado pelo BSH, as escolas ainda sofriam com a desinformação, em especial, a resistência de alguns docentes em tratar esse assunto, o fato de o controle dos corpos ser ainda exercido nas escolas e a ideia errônea que jovens ainda não estão preparados para entender sobre sexualidade, por ser algo encontrado no mundo adulto.

Dentre o que o projeto previa, para fins educativos, estava a divulgação de materiais pedagógicos para auxiliarem o corpo docente e facilitarem o entendimento dos estudantes acerca das identidades sexuais. Por meio da supervisão e parceria com o MEC, o material foi desenvolvido por ONGs como: a Comunicação e

Sexualidade (ECOS); a Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva (Reprolatina); a *Global Alliance for LGBT Education* (Gale) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

O kit contava basicamente com elementos audiovisuais, boletins informativos para provocar discussão com os alunos, caderno de atividades para professores e educandos. Itens diversos e didáticos que se destinavam ao uso em sala de aula, apoiando o docente em sua organização de sequências didáticas.

Porém, apesar de todo o preparo e rigor estabelecido pelo MEC e profissionais ligados ao movimento LGBTQIA+, que monitoraram e garantiram a qualidade do desenvolvimento e que seria algo de fácil manipulação e propagação, em 2011, a presidente Dilma Rousseff vetou o material, devido à enorme pressão exercida no Congresso Nacional devido a participação das bancadas religiosas. A alegação foi o conteúdo dos vídeos não serem apropriados, mas o restante do material deveria ser distribuído, porém não se estabeleceram prazos e, desde então, as escolas não receberam os demais conteúdos do kit.

Outra polêmica envolvendo esse material é o fato de que setores políticos tanto religiosos quanto os mais conservadores, passaram a chamá-lo pejorativamente como *kit gay*, e divulgaram notícias falsas a respeito de seu conteúdo, com o discurso que aqueles objetos tinham a intencionalidade de fazer com que os jovens se tornassem gays. Tal notícia chegou às mídias e, conseqüentemente, às residências, o que fez com que essa fala tivesse apoio de famílias receosas de seus filhos e filhas virassem homossexuais.

Em 2018, durante a campanha presidencial de Jair Messias Bolsonaro, o até então candidato utilizou essa notícia para ganhar espaço entre os eleitores e conquistar camadas mais conservadoras da sociedade. Isso sustentou seu marketing até o resultado final das eleições. Bolsonaro mencionava sobre o perigo desse tipo de conteúdo nas escolas e ainda apresentava livros que não compunham o material criticado por ele.

Embora o kit nunca tenha chegado às escolas, ele tornou-se um entrave político-social que durou anos. O discurso preconceituoso ainda estava operante e mostrou-se forte e eficiente em barrar a presença do material nos colégios do país. A maneira estereotipada e negativa de sua divulgação feita por seus opositores desencadeou causas e conseqüências de grandes proporções e a forma como se pensar a educação e currículo também sofreram impactos.

A sustentação dessa *Fake News*⁵ está nas estruturas de longa duração, pautadas na moral religiosa e homofobia. A não aceitação da homossexualidade na sociedade impacta como os familiares e demais cidadãos vão lidar com essa situação e questionar aquilo que é ensinado para seus filhos, o que é um gatilho para desencadear mais atitudes homofóbicas e contribuir para o contínuo silenciamento desses sujeitos.

Tais discursos, além disso, são motivos para que a produção de documentos norteadores curriculares, por muitas vezes, não contempla esse debate em sua versão final. Por mais que, em seu processo de elaboração o assunto seja mencionado, quando o documento encontra-se finalizado, ele não amplia a discussão ou deixa em aberto o entendimento relacionado à orientação sexual.

Nesse mesmo contexto, a atual BNCC (Base Nacional Comum Curricular) foi elaborada e teve sua versão final promulgada no ano de 2019, impactando na forma de construir os currículos em todo o território nacional, pois ela trouxe consigo outras perspectivas para a educação.

Ela possui valores que estão atrelados ao que a LDB exige, sendo que enfatiza a necessidade de uma educação plural e para todos, respeitando os direitos humanos e a efetivação da cidadania plena por meio dos estudos e da série de competências e habilidades que o documento apresenta.

A legislação conta também com tópicos destinados aos temas transversais contemporâneos, sobre multiculturalismo, saúde, economia, entre outros. Porém, em seu texto, não menciona, em trecho algum, palavras como: homossexualidade; homossexual; orientação sexual. Deixa, dessa forma para o campo do multiculturalismo ou outros temas, a possibilidade, mas não a obrigação de um ensino para a diversidade.

Posto isso, identificamos certa lacuna no processo da educação sobre orientação sexual, o que pode ser tratado como um reflexo das relações de poder, marcadas nos discursos presentes na sociedade.

A exaustiva forma como modelos heteronormativos configuravam-se diariamente por meio das relações e da reprodução dos discursos já não era mais compatível com o modelo de sociedade que o século XXI estava formando. As novas identidades culturais atingiram uma proporção maior e passaram a ocupar

⁵ Termo em inglês utilizado para referir-se a notícias/informações falsas.

espaços os quais antes não conseguiam, como papéis políticos e cargos em organizações. Esse abalo nas estruturas sólidas já conhecidas não foi aceito de maneira fácil e muito menos aconteceu de forma simples e pacífica.

Setores conservadores de cunho moralista e religioso, como vimos, até o atual momento articularam-se com intenções contrárias ao do movimento LGBTQIA+, e por representarem ideais marcados como longas durações históricas – a moral religiosa – conseguiram atingir o tocante da sociedade, o preconceito enraizado e sustentado pelo padrão masculino de representatividade de poder e hierarquia.

Essas longas durações afetam todos os setores sociais e tendem a permanecerem ainda que outros pensamentos desenvolvam-se entre os indivíduos, algumas estruturas permanecem e conseguem adaptar-se à nova realidade, de forma explícita ou não, ainda deixam marcas que podem ser identificadas.

Dentre essas marcas, vemos a homotransfobia, termo utilizado para designar atos de hostilidade física ou psicológica para indivíduos homossexuais ou transexuais. Essas formas de violência são identificadas em todos os lugares, mas as escolas podem ser constatadas como um agravador dessas tensões, uma vez que esse ambiente é repleto de indivíduos plurais que sofrem as consequências advindas do *bullying* e acabam rejeitando suas identidades ou adiando o processo de conhecimento do próprio corpo e desejos, devido à importunação relacionada à sexualidade que está aflorada e em desenvolvimento nos jovens.

Neste sentido, o discurso utilizado para justificar o impedimento do avanço do Programa Brasil Sem Homofobia vai ao encontro do que está sendo problematizado desde os primeiros momentos de uma educação sobre as sexualidades no Brasil. O percurso mostra-se com muitas repetições de invisibilidades e tentativas de não favorecer o debate sobre a temática. Ao sobrepor a pauta da saúde em contraposição com pautas sociológicas, é uma maneira de evitar o autoconhecimento e que a discussão sobre sexualidades chegue até os jovens, que, muitas vezes, sofrem hostilizações sem entenderem o porquê, mas sabem que são diferentes.

Como Foucault orienta, os sujeitos não são submissos ou passíveis às ações do poder e dos discursos, sempre há formas de reação. O professor ao mencionar sobre a homossexualidade e por repreender atitudes preconceituosas, as crianças e

jovens *queer*, apenas por agirem fora da norma, já esboçam reações contrárias, que não aceitam aquilo que já está posto.

Muitos foram os avanços obtidos no quesito de visibilidade para a causa LGBTQIA+ e, aos poucos, tem se tornado mais fácil o *coming out*⁶ e, nas grandes metrópoles, como São Paulo, deparar-se com indivíduos queer, sobretudo, nas regiões centrais, faz parte do cotidiano da cidade. O que parecia, de certo modo, quase impossível há 40 anos, atualmente, consagrou-se como uma rotina e entendemos que, na composição sociocultural do Brasil, as identidades sexuais compõem um quadro significativo de pessoas que se enquadram como LGBTQIA+, ou seja, a sociedade ocidental pós-moderna descrita por Hall (2011) está explícita nessa nova configuração de indivíduos que não podem e não querem mais seguir as normas binárias defendidas pela moral cristã e o tradicionalismo.

Esses sujeitos estão presentes no dia a dia escolar da mesma forma que os demais, mas acabam sofrendo uma invisibilidade simbólica em razão da falta de espaço para o tratamento do assunto de pessoas como eles no currículo, provocado pela forma como os documentos que o norteiam excluem ou contemplam de forma rasa a necessidade de sua compreensão.

A escola é um ambiente para a transformação e, como visto por Freire (1997), deve proporcionar práticas para a cidadania plena e ser libertadora. Relacionando isso com a temática da diversidade sexual, é poder garantir que esses sujeitos identifiquem-se na história de forma positiva e não estereotipada, assim como a lei 10639/03 propiciou para o ensino da cultura africana, com a perspectiva de um currículo decolonial e democrático.

[...] nas primeiras décadas do século XX os critérios raciais operavam distinguindo a população em educáveis, portanto, capazes da cidadania e populações em que o peso da hereditariedade, pensado em termos raciais, refletia a marca de um destino que a educação era incapaz de alterar. O saber pedagógico republicano considerado moderno, experimental científico, configurou a educação formal como campo de intervenções disciplinares cujas determinações estabeleciam a quem caberia estudar e o seu contrário. Os negros, nessa perspectiva, eram invariavelmente excluídos da escola sofrendo aí uma tripla marginalidade: pretos, pobres e analfabetos (CAMPOS, p. 43–44, 2004).

Mesmo com políticas públicas no âmbito educacional, identificamos a dificuldade na efetivação delas e como o poder exerce influência em torno da aplicação desses projetos nas escolas, afetando profissionais da educação,

⁶ Termo em inglês utilizado para tratar o ato de assumir-se homossexual. No Brasil, a expressão é popularmente conhecida como “sair do armário”.

familiares e alunos que acabam normatizando discursos que promovem a exclusão e a propagação da homotransfobia.

O percurso da educação sobre a temática da sexualidade no Brasil passou por diversas transformações e encarou forte resistência de seus opositores, mas devido a reivindicações do movimento e novas demandas sociais conseguiu lentamente inserir-se em pautas em nível federal para serem analisadas e aplicadas.

Apesar disso, os anos 2000, mesmo contemplando um espaço acadêmico maior para a produção do conhecimento para as minorias, ainda apresenta certa defasagem no que diz respeito à educação básica e como ela lida com a sexualidade, sobretudo, na atual BNCC, que será abordada de forma aprofundada no seguinte capítulo, comparando-a aos PCNs que tratam dos temas transversais.

3. Dos Parâmetros Curriculares Nacionais à Base Nacional Comum Curricular

Para garantir a qualidade da aprendizagem e do ensino, em âmbito federal, foram criados parâmetros e legislações que visam proporcionar uniformidade e que o país possua as mesmas normas e metas, a fim de promover o compromisso com a cidadania e trabalho.

Apesar dos estados e municípios terem autonomia em suas funções, elas devem estar pautadas no que a União espera da educação em nível nacional, por isso, estabeleceu documentos os quais normatizam o que se espera do processo educacional e, por meio disso, os estados, os municípios e as escolas, de acordo com sua realidade e cultura escolar, adaptam-se para melhor atender a comunidade.

A produção curricular de uma rede de ensino não é um momento em que os estados e municípios utilizam, de forma arbitrária, os critérios para escolher os conteúdos, as competências e as habilidades que serão contempladas no processo de ensino e aprendizagem. Para isso, existe um critério de organização e seleção, tantos dos materiais quanto daquilo que será ministrado durante as aulas.

Devido às novas demandas da sociedade contemporânea, como questões raciais, classe, gênero e diversidade sexual, foi necessária a produção de uma documentação legal que objetivasse orientar e regulamentar os assuntos que deveriam ser abordados em sala de aula e as respectivas séries. Dessa forma, esses textos serviriam de base para que os currículos dos estados e municípios pudessem orientar-se no processo de elaboração desses documentos.

O currículo é um documento fundamentado em uma legislação de âmbito federal que visa atender e contemplar, de forma majoritária, a individualidade dos estudantes, levando em consideração a realidade na qual estão inseridos, almejando, igualmente, a preparação dos alunos para o universo do trabalho e que os fundamentos dos direitos humanos sejam desenvolvidos na rotina escolar a fim de promover um melhor convívio social.

A constituição de 1988 já prevê como visto no capítulo anterior, que a educação deve ser inclusiva e para todos, visando à superação de discriminação, a fim de garantir a permanência desses indivíduos na escola e que o sucesso escolar seja atingido de forma positiva.

Neste sentido, o currículo escolar encontra-se como um alicerce para que, de fato, essas demandas sejam respeitadas e contempladas no ensino, como

decorrência das orientações, as quais são destinadas ao corpo docente para que sejam replicabilizadas com os alunos em sala de aula, uma vez que a finalidade curricular é servir como indicador para que os professores possam trilhar um caminho coeso no processo de ensino e aprendizagem.

Apesar do aparato legal, sobretudo, a própria constituição, mencionar acerca da necessidade de uma educação plural com a finalidade de sanar discriminações raciais e regionais, e mostrar-se inclusiva com uma busca por respeito e valorização dos direitos humanos, não há uma explicitação no que se refere diretamente à sexualidade.

Assim sendo, ao contrário de outros grupos sociais considerados minoria (mulheres, negros, idosos e crianças) que são apresentados de forma aberta no documento, os LGBTQIA+ não são mencionados, nem mesmo as palavras “homossexuais” ou “homossexualidade” são citadas, deixando para o entendimento do leitor sobre a inclusão desse grupo no âmbito educacional.

Além da constituição, há a LDB que possui caráter de lei e indica os caminhos a serem trilhados pela educação nacional. Esse documento segue as pautas elencadas pela legislação indicada anteriormente, dessa forma, em seu texto, há uma semelhança no que diz respeito à educação inclusiva e aos grupos citados.

Novamente, não é mencionado sobre a diversidade sexual, deixando em aberto o entendimento acerca do tratamento dos temas relacionados à sexualidade e de um esforço das escolas para serem ambientes mais receptivos aos LGBTQIA+, uma vez que a LDB refere-se não apenas à sala de aula, mas aos espaços escolares em sua totalidade, ao convívio entre os alunos, funcionários e comunidade.

Tal fato reflete-se nos documentos norteadores curriculares, que tendem a referenciar-se nas leis maiores. Dentre eles, temos aos PCNs e a BNCC, que vão ao encontro do que é exigido pela Constituição e pela LDB, a fim de garantir uniformidade, semelhança e critérios no que se espera da educação brasileira.

Porém, isso não significa que esses norteadores não admitam autonomia para acrescentarem outros elementos em seu processo de elaboração, uma vez que pesquisas foram feitas para a classe docente a fim de identificar demandas que o grupo sugeria para a educação e as opiniões do que já estava pronto.

Isso indica que houve abertura para inserção de tópicos relevantes para a sociedade de forma geral. Como foi feito com as leis 10.639/03 e a 11.645/08, que

inserir, de forma obrigatória, o ensino sobre a cultura afro-brasileira e a indígena na educação, a fim de reparação histórica às negligências passadas por esses grupos étnicos desde a colonização até os dias atuais.

Com a comunidade homossexual não ocorre algo semelhante. Nenhuma lei de âmbito educacional foi criada e nenhum artigo ou parágrafo foi adicionado às legislações já existentes, o que tem dificultado a abordagem dessa temática em sala de aula, uma vez que esse assunto ainda é considerado polêmico por parte da sociedade. Entendemos, neste caso, que ele é tratado dessa maneira devido à sua invisibilidade no processo de ensino e aprendizagem, que, por muitas vezes, deixa o tema de lado a fim de evitar conflitos.

Esta concepção da homofobia, portanto, está diretamente relacionada a outro conceito importante na discussão acerca das violências sexistas na escola: a ideia de heteronormatividade, que se instaura como a hegemonia de uma modalidade de vida em suas dimensões totais dentro do prisma heterossexual, desconsiderando portanto as manifestações que não se enquadrem neste conceito. É necessário demarcar quais a violência na homofobia: a homofobia sempre deixa marcas, sejam as feridas no corpo, o cadáver ou as barreiras no reconhecimento. Há um vocabulário de conflito armado sendo agora apropriado pelos movimentos LGBT: “ataques homofóbicos”, “crimes homofóbicos”, “luta pela igualdade”, “desaparecimento de pessoas”, etc. (PEREIRA, 2012, p. 72).

A abordagem sobre as diferenças tanto em sala de aula quando nas dependências escolares favorece a valorização e o reconhecimento do outro, o convívio reflete valores que são postos na sociedade adentro e evocam a maneira como os indivíduos tratam alguns padrões como normalidade e regra e outros como o diferente, que é passível ou de inclusão ou de segregação. Muitas vezes, a segunda opção acaba se tornando a mais comum, em razão de como o discurso dominante tem operado naquele local.

O currículo escolar não se limita apenas aos 45 minutos de aula, mas se estende ambiente escolar adentro, no convívio que produz as relações sociais, na arquitetura que delimita os espaços, na vigilância da hierarquia dos indivíduos que frequentam aquele local. Afinal, aquilo que é ensinado por meio de suas orientações, possui finalidades, que são focadas no preparo do cidadão para a sociedade e isso está estritamente relacionado com as formas que as pessoas socializam-se e o que elas farão com o que aprenderam.

O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios, os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala silenciosamente da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças (FOUCAULT, 1999, p.140).

Sendo uma das premissas curriculares, a capacitação para o universo do trabalho e das relações sociais, é possível fazer uma analogia com os escritos de Foucault (1999) acerca do controle dos corpos. Entendemos, a partir disso, a questão da doutrinação e do poder, na medida em que há uma intencionalidade nos conteúdos e competências a serem abordadas, que são selecionados e expostos nos norteadores curriculares.

Partindo dessa premissa e utilizando o pensamento de Foucault (1999) sobre poder e controle, o discurso torna-se o centro de propagação de ideais, normas e conhecimentos e, por meio dos documentos oficiais que regulamentem os currículos, podem exercer sua função de reproduzir um discurso dominante de uma forma quase imperceptível em curto prazo, mas que pode gerar consequências, fazendo com que doutrinas e pensamentos já existentes possam ser fortalecidos ou não.

Um exemplo disso é a forma como a história da população negra era tratada, sobretudo nos livros didáticos, tendo suas heranças abordadas apenas como frutos do período colonial, advindas da escravidão, e não levando em consideração outros aspectos da cultura africana que era e é rica em valores, costumes e tradições, mas acabava por ser resumidas à escravização de seus povos.

A publicação da Lei nº 10.639/2003 ocorreu num contexto educacional mais abrangente marcado pelas transformações advindas da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº.9.394 de 1996, em que se afirmaram modificações educacionais importantes, como a flexibilização curricular, a consciência do valor da inclusão e da diversidade na educação [...] é também tributária de um movimento [...] que vinha ocorrendo nos governos estaduais e municipais do Brasil, com vistas à reparação de danos e à ampliação dos canais de participação cidadã de populações sub-representadas, e à defesa do seu direito a história e à cultura. Ela veio, ainda na esteira do complexo processo de democratização do país, acompanhada de uma consciência de desigualdades históricas [...] (PEREIRA, 2008, p. 22).

Por isso, a Lei 10.639/03 foi promulgada, sendo fruto de uma luta histórica e constante do movimento negro, a fim de garantir a valorização da cultura afro-brasileira e superar visões estereotipadas sobre a presença da população negra no Brasil, de forma que as identidades possam ser reforçadas e não negadas, promovendo práticas antirracistas nas escolas, com ênfase nas disciplinas de História e Arte.

Porém, apesar de haver demandas sociais e pautas levantadas em congressos e eventos de cunho político, a temática da diversidade sexual como identidade não possui nenhuma lei que torne seu ensino obrigatório, nem mesmo aparece em trechos de documentos legais, tornando-se, assim, invisibilizada perante ao aparato legal que rege a União.

Tal invisibilização evoca uma série de problemas sociais e estruturais, que afetam diretamente os indivíduos que são enquadrados nessa minoria e convivem diariamente com os reflexos que a falta do tratamento que valorize os aspectos indenitários dessa comunidade sejam, de fato, encarados como uma necessidade.

Dessa forma, a abordagem a respeito das questões LGBTQIA+ não têm sido tratadas como obrigatoriedade, pois sua ausência na legislação e nos documentos norteadores curriculares tem dificultado ainda mais que o tema seja debatido em sala de aula e, como consequência, os tabus que cercam o assunto continuam a existir.

Levando em consideração o que foi abordado, este capítulo destina-se a analisar os PCNs sobre temas transversais, mais especificamente o capítulo destinado à orientação sexual e à BNCC, a fim de debater como esses documentos abordam ou não a diversidade sexual e o que mudou entre ambos, sendo eles documentos de períodos diferentes.

3.1 O que é o currículo escolar

O currículo escolar está muito além de ser apenas um documento escrito que contém textos, tópicos, habilidades e competências a serem abordadas. Sua elaboração, sua versão final, a aplicabilidade e o que ocorre após tudo isso está cercado de intencionalidades, discursos e práticas de poder, que visam reproduzir ideias do grupo que solicitou que esse documento fosse elaborado.

Seu processo de elaboração está relacionado a uma realidade histórica e cultural, que reflete aspectos de uma sociedade e as demandas as quais ela exige. A construção desse documento leva em consideração fatores epistemológicos, interesses, conflitos culturais, que estão intrinsicamente ligados à forma como o poder age socialmente e pode destinar-se a propósitos de inclusão ou segregação relacionados a gênero, raça, classe e até mesmo sexualidade.

Neste sentido, entendemos como um local em que cultura, ideologia e relações de poder estão postas. Sendo ideologia, como mencionam Moreira e Silva (1997, p. 23), podemos afirmar que ela “é a veiculação de ideias que transmitem uma visão do mundo social vinculada aos interesses dos grupos situados em uma posição de vantagem na organização social”. Em outros termos, implica a forma como a linguagem pode ser utilizada como meio de produção e reprodução de práticas sociais e ideias.

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais (SILVA, 1996, p. 23).

O aspecto cultural está implicado na maneira com que o currículo transmite cultura, ou seja, como ele levará adiante noções daquilo que é esperado que seja difundido em uma sociedade, pensamentos, comportamentos e atitudes, de acordo com os discursos que determinado grupo almeja. Assim, pode ser entendido como algo que atua direta e indiretamente nas relações de poder, que ocorre por meio do encontro entre cultura e relações de poder. Tal documento influencia na formação do aluno e são perceptíveis, no decorrer do processo educacional, as tendências que os resultados desse período produzirão até o final desta etapa.

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições (SACRISTÁN, 1999, p. 61).

O currículo que acontece em sala de aula está relacionado ao projeto pedagógico da escola, planos de ensino e orientações das diretorias de ensino, sendo ele um documento escrito, mas, como abordado por Moreira e Silva (1997), algo que pode ser chamado de currículo oculto, que é um termo utilizado para referir-se àquilo que os alunos aprendem por meio das práticas, da vivência com os demais, gestos e comportamentos que são repetidos na rotina escolar. Expresso em outros termos, a junção daquilo que é visto socialmente com o que é aprendido em sala de aula.

Um olhar sobre o currículo demanda investigar os mecanismos de controle social e de produção/reprodução da hegemonia presentes na escola, consubstanciados no denominado corpus formal de conhecimento escolar (conteúdos curriculares), nas ações cotidianas da escola (currículo em ação) e no denominado currículo oculto. Os desdobramentos ideológicos e a legitimação são sedimentados em aspectos explícitos e implícitos do

currículo e situam-se em sua materialidade e no domínio do simbólico (MAGALHÃES; RUIZ, 2011, p. 127).

Tal pensamento vai ao encontro do que é analisado por Foucault (1999) ao abordar sobre a escola como uma das instituições em que as relações de poder, por meio da disciplina, seja ela em relação ao controle dos corpos, ou pela maneira que ideias e comportamentos são reproduzidos no cotidiano daquele ambiente, explicitam-se.

Assim, o currículo escolar é entendido como algo que perpassa as paredes da sala de aula, agindo diretamente no campo das ideias e das ações, podendo interferir na maneira como percepções sobre determinados assuntos podem ser reproduzidas e internalizadas no processo de ensino e aprendizagem pelos alunos.

O currículo, considerando o pensamento de Foucault (1999) como base, é possível entendê-lo como um objeto que materializa formas de controle social. Seguindo essa linha de pensamento, a forma como ele, em geral, é pensado e estruturado, a forma como se concretiza na ação educativa em sala de aula - e em tantos outros espaços da escola, pode produzir uma série de exclusões e desigualdades, como no caso aqui analisado a respeito da comunidade homossexual.

Dessa maneira, pretendemos examinar os documentos norteadores curriculares, enfatizando suas fortes influências na produção final dos currículos escolares, entendendo sobre a intencionalidade de tratar ou não alguns temas, mais especificamente, os assuntos relacionados ao universo LGBTQIA+ e as consequências que essa ausência pode causar em âmbitos maiores, para além da escola, permeando o cotidiano desses indivíduos nos diversos ambientes sociais. Portanto, nos tópicos a seguir, os PCNs e a BNCC serão analisadas de uma maneira que enfatiza como esses textos impactam diretamente no cotidiano escolar e na sociedade.

3.2 Os Temas Transversais dos PCNs e a tentativa de inserção do tema

Entre 1997 e 1998, o Ministério da Educação (MEC) publicou, respectivamente, os Parâmetros Curriculares Nacionais da 1ª a 4ª série e, em seguida, para o outro ciclo, da 5ª a 8ª série, ou seja, dedicado, a princípio, ao ensino

fundamental I e II, que até o momento as nomenclaturas eram chamadas por série, e cada uma durava o período de um ano letivo.

Os documentos pretendiam oferecer uma proposta para que as escolas brasileiras construíssem, pautadas em suas próprias realidades, um currículo, por meio das bases comuns estabelecidas pelos PCNs, objetivando, a princípio, os ideais do bem-estar, para uma formação baseada nos valores democráticos e da noção de cidadania.

A ideia inicial sobre a elaboração dos PCNs era a de torná-los como uma base comum curricular, porém, como não se pretendia criar um currículo nacional e muito menos confrontar o que é exigido pelo PNE (Plano Nacional de Educação) a respeito da escola ser democrática e ter autonomia para seguir um currículo adaptado à realidade da comunidade que está ao seu redor, os documentos tornaram-se então parâmetros, ou seja, modelos que podem ser seguidos. No entanto, em consonância com o PNE, os PCNs enfatizaram o aspecto da promoção de uma educação para a cidadania democrática, como valor que deve ser ressaltado pelas escolas por meio do dia a dia em sala de aula e na convivência em geral do ambiente escolar. Seu artigo 2º indica que a educação deve ter ênfase na “[...] formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade” (BRASIL, 2020).

Para além do plano nacional, os PCNs são pautados no que é exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9349/96), que enfatiza, da mesma maneira, a necessidade de estabelecer noções de uma educação voltada para o âmbito social, pautada nos aspectos da ideia de ser cidadão e dos valores democráticos que estão em voga no país.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são um conjunto de livros, sendo cada um desses volumes destinado para uma matéria em específico, ou seja, existe um PCN para História, Língua Portuguesa, Matemática e assim por diante. A exceção está nos volumes destinados aos temas transversais, sendo três exemplares, cada um com uma temática diferente. O primeiro deles justifica o que são esses temas e suas importâncias em todas as disciplinas; o segundo aborda o tema da pluralidade cultural e orientação sexual; o último deles foca nos assuntos relacionados ao meio ambiente e saúde.

Neste sentido, os parâmetros apresentam uma série de textos, que são explicativos e retratam temáticas de cunho social que podem ser trabalhadas nos

currículos escolares, assim, fornecendo bases para que as escolas e os professores possam guiar-se e terem um embasamento do que se espera que os alunos aprendam em determinado nível de ensino, no caso, o período do ensino fundamental.

Apesar de ser um documento do final dos anos 1990, o volume destinado aos temas transversais enfatiza a importância de trabalhar a transversalidade na rotina escolar, a fim de superar a ideia dos conhecimentos em caixas, forma como o ensino tradicional tem ocorrido no Brasil por mais de décadas e ainda é muito utilizado. Neste sentido, esse texto esboça uma visão que vai além da interdisciplinaridade, que seria a inter-relação de duas ou mais disciplinas, abordando um mesmo assunto, mas visa a uma proposta transdisciplinar que almeja cruzar as fronteiras disciplinares a fim de integrar, de fato, as matérias, objetiva enfatizar o conhecimento de forma plural no âmbito cognitivo, proporcionando um olhar complexo acerca das realidades que estão presentes no mundo pós-moderno, almejando uma reflexão sobre si e sua ação no mundo.

Aqui, utilizaremos o conceito de transdisciplinaridade como abordado por Sommerman (2002), à medida que essa perspectiva salienta a respeito da quebra de paradigmas educacionais e da setorização das disciplinas divididas, cada uma em sua área, assim, viabiliza ao estudante a possibilidade de aprender determinado assunto pelo viés de mais de uma matéria.

[...] uma teoria do conhecimento, é uma compreensão de processos, é um diálogo entre as diferentes áreas do saber e uma aventura do espírito. [...] é uma nova atitude, é a assimilação de uma cultura, é uma arte, no sentido da capacidade de articular a multirreferencialidade e a multidimensionalidade do ser humano e do mundo. [...] implica, também, em aprendermos a decodificar as informações provenientes dos diferentes níveis que compõem o ser humano e como eles repercutem uns nos outros. A transdisciplinaridade transforma nosso olhar sobre o individual, o cultural e o social, remetendo para a reflexão respeitosa e aberta sobre as culturas do presente e do passado, do Ocidente e do Oriente, buscando contribuir para a sustentabilidade do ser humano e da sociedade [...] (SOMMERMAN, 2002, p. 9–10).

Por tanto, interessa-nos o volume dos temas transversais, mais especificamente, o capítulo dedicado à pluralidade cultural e orientação sexual, que é um de nossos objetos de pesquisa, que subsidiará a análise principal desta investigação, para poder aprofundar a análise e identificar como esse documento tratou a diversidade sexual e seus possíveis impactos na vida dos estudantes.

3. 2.1 Orientação Sexual nos PCNs

A escolha por este capítulo em específico dos PCNs e não os outros destinados a disciplinas específicas, como a de História, justifica-se pelo fato da orientação sexual ser considerada como um tema transversal que teoricamente deveria ser trabalhado em todas as matérias, não apenas na área das Ciências Humanas ou nas Ciências da Natureza, mas também em Matemática e nas disciplinas de linguagens, como Língua Portuguesa, Arte, entre outras.

Além disso, essa temática vai ao encontro do que é proposto na presente pesquisa, isto é, analisar como a temática da diversidade sexual tem sido tratada historicamente na educação, enfatizando a contemporaneidade, devido a uma série de documentos norteadores curriculares legais e das demandas que a sociedade pós-moderna, como a de indivíduos que estão em busca de representação e de identidade, o que vem exigindo espaço e reconhecimento nas esferas sociais. Assim, o referido capítulo dá indícios daquilo que é necessário em nosso objeto de pesquisa.

Como o próprio título sugere, o livro dedicado aos temas pluralidade cultural e orientação sexual possui, em seus textos, um debate que envolve esses assuntos de uma maneira que é pensado nas consequências e nas vivências dos estudantes para além da escola, exemplificando como os efeitos dessas abordagens podem afetar a sociedade de forma geral.

Quando observamos o capítulo em questão, já na página destinada à apresentação, a Secretaria de Educação Fundamental inicia como o seguinte texto:

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro (BRASIL, 1998, p. 287).

Observamos aqui a maneira como tal documento entende o que é orientação sexual e como fará sua abordagem no decorrer do texto. Neste sentido, compreendemos uma preocupação sobre a questão da saúde, mas é frisado sobre

gênero, valores e direitos, indicando que deve haver respeito consigo mesmo e com o outro, assegurando a valorização da pluralidade e a superação de preconceitos.

Ao final da página completa com o objetivo daquele capítulo que é [...] promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como de pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica da escola no trato de questões da sexualidade (BRASIL, 1998, p. 287).

Isso indica que os PCNs têm uma proposta de apresentação dessa temática de forma sistematizada e formal, com as devidas orientações a serem reproduzidas pela unidade escolar, porém o documento exemplifica que tal temática é responsabilidade também do âmbito familiar e social, para além da escola.

Na prática, toda família realiza a educação sexual de suas crianças e jovens, mesmo aquelas que nunca falam abertamente sobre isso. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de “cuidados” recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem, são carregados dos valores associados à sexualidade que a criança e o adolescente apreendem. O fato de a família ter valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma crença religiosa ou não, e a forma como o faz, determina em grande parte a educação das crianças e jovens. Pode-se afirmar que é no espaço privado, portanto, que a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais vai construindo e expressando a sua sexualidade (BRASIL, 1998, p. 291).

Para isso, o documento apresenta, ademais, uma justificativa de sua importância e necessidade, salientando a demanda proposta pelo movimento feminista na década de 1970 e o surto de HIV/AIDS que foi um dos motivos para trazer à tona a necessidade da abordagem acerca da sexualidade.

No que diz respeito ao contexto escolar, o capítulo frisa a respeito do ambiente em sua totalidade, que engloba as relações daqueles que frequentam o local, crianças, jovens e adultos, que interagem a todo momento. Em outras palavras, os educandos percebem a sexualidade em diversas vezes na sua rotina escolar.

A sexualidade no espaço escolar não se inscreve apenas em portas de banheiros, muros e paredes. Ela “invade” a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela. Há também a presença clara da sexualidade dos adultos que atuam na escola. Pode-se notar, por exemplo, a grande inquietação e curiosidade que a gravidez de uma professora desperta nos alunos menores. Os adolescentes testam, questionam e tomam como referência a percepção que têm da sexualidade de seus professores, por vezes desenvolvendo fantasias, em busca de seus próprios parâmetros (BRASIL, 1998, p. 292).

Por serem crianças e adolescentes, eles estão ainda em uma fase de conhecimento de seu próprio corpo e do entendimento da sua relação com o outro. Isso indica aspectos biológicos e culturais, que são representados no cotidiano por meio das interações, dos namoros e da realização de seus desejos. Porém, muitas vezes, pode ser algo passível de piadas, como as reproduzidas pela homofobia, pois, ao perceber que algum menino foge da heteronormatividade, ele pode ser alvo de *bullying*.

Com a ativação hormonal trazida pela puberdade, a sexualidade assume o primeiro plano na vida e no comportamento dos adolescentes. Toma o caráter de urgência, é o centro de todas as atenções, está em todos os lugares, na escola ou fora dela, nas malícias,^{82 293} nas piadinhas, nos bilhetinhos, nas atitudes e apelidos maldosos, no “ficar”, nas carícias públicas, no namoro, e em tudo o que qualquer matéria estudada possa sugerir. A escola pode ter papel importante, canalizando essa energia que é vida, para produzir conhecimento, respeito a si mesmo, ao outro e à coletividade. Se a escola deseja ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário reconhecer que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano. (BRASIL, 1998, p. 292–293)

Neste sentido, o documento mostra-se ancorado na ideia da valorização do ser humano e do bom convívio, assim como, na justificativa, o texto esboça outro elemento importante, menciona a palavra homossexualidade. É importante destacar que essa é uma das poucas vezes que tal termo é utilizado no livro.

Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura (BRASIL, 1998, p. 293).

Analisando os trechos em questão, observamos a intencionalidade discursiva em afirmar uma preocupação com o bem-estar social, almejando uma convivência positiva e que destaca que as diferenças estão entre nós a todo momento e que devem ser respeitadas, sendo a escola um dos locais que favorecem esse tipo de prática.

A sexualidade também é mencionada, porém, não fica claro em qual sentido está sendo tratada, se é pelo viés das relações sexuais apenas, ou pelo sentido cultural e identitário, sobre os jovens conhecerem suas identidades sexuais. Destacar esse termo pelo signo do ato sexual não carrega consigo toda a problematização que deveria ser feita, pois, como o documento, propõe-se a tratar

de uma vida sexual saudável, não indicando necessariamente uma abordagem sobre homossexualidade. Ao focar na prevenção de doenças, o debate pode não se centralizar nos assuntos LGBTQIA+, pois todas as orientações sexuais estão aptas a realizar práticas sexuais.

Tal fator esboça a importância de destacar a abordagem da sexualidade como um termo que não apenas indica sobre doenças, mas sua essência cultural, que reflete na maneira como esses jovens descobrem seus gostos e formam suas identidades, tendo noções de pertencimento a determinado grupo, o que favorece a possível valorização ou o reconhecimento dos significados que fazem parte da sigla LGBTQIA+, permitindo que os educandos ampliem seus conhecimentos sobre esse grupo, conseqüentemente, evitando que práticas preconceituosas aconteçam, e que os indivíduos não tenham medo de expressarem quem realmente são e o que sentem.

Contudo, como não há um indicador que defina que a intencionalidade discursiva do texto esteja enfatizando os aspectos identitários, a princípio, entendemos que o verso destina-se a uma abordagem ampla que engloba ambos os aspectos.

Apesar desse fragmento inicial, o documento estende-se por cerca de cinquenta páginas para tratar da orientação sexual no ensino de crianças e adolescentes.

Nessa exploração do próprio corpo, na observação do corpo de outros, e a partir das relações familiares é que a criança se descobre num corpo sexuado de menino ou menina. Preocupa-se então mais intensamente com as diferenças entre os sexos, não só as anatômicas, mas todas as expressões que caracterizam o homem e a mulher. A construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade, e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos, e transmitidas através da educação, o que atualmente recebe a denominação de “relações de gênero”. Essas representações internalizadas são referências fundamentais para a constituição da identidade da criança (BRASIL, 1998, p. 296).

Judith Butler (1993) argumenta sobre o fazer do corpo feminino e do masculino, sendo um processo marcado por características físicas que atribuem socialmente os papéis que cada um deve desempenhar. Assim, ao problematizar o que esses corpos representam implica desmistificar ideias e padrões pré-estabelecidos, sinalizando que existem outras formas de ser e vivenciar seus

corpos. Além disso, propõe-se também superar o discurso da superioridade masculina.

Segundo Bourdieu, “o privilégio masculino é também uma cilada e [...] impõe a todo homem o dever de afirmar [...] sua virilidade [...], entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência [...], é, acima de tudo, uma carga” (2010, p. 64). Isso quer dizer que a maneira como a sociedade impõe uma masculinidade ideal é agressiva psicologicamente e socialmente, para os meninos, especialmente para os jovens *queer*.

Dessa forma, o livro esboça como o deve ser a postura dos educadores e como manter uma relação entre escola e família para a abordagem da sexualidade – neste sentido, de forma ampla – apontando que, por meio do diálogo contínuo, isso poderia ser possível, inclusive com os alunos, a fim de conhecerem a si mesmos e seus valores.

Os PCNs indicam que a escola seria como uma forma de complemento dos conhecimentos prévios dos educandos – advindos da mídia e da convivência – sem entrar na intimidade dos alunos, deixando a título de informação e do que se trata especificamente essa abordagem.

Propõe-se que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde com as crianças e os jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições da sociedade. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e ao explicitar e debater os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio eleger como seus (BRASIL, 1998, p. 300).

Como já mencionado na pesquisa, o documento trabalha com a sexualidade nos temas transversais pois:

[...] optou-se por integrar a Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais, através da transversalidade, o que significa que tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos propostos por Orientação Sexual encontram-se contemplados pelas diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, o posicionamento proposto pelo tema Orientação Sexual, assim como acontece com todos os Temas Transversais, estará impregnando toda a prática educativa. Cada uma das áreas tratará da temática da sexualidade por meio de sua própria proposta de trabalho. Ao se apresentarem os conteúdos de Orientação Sexual, serão explicitadas as articulações mais evidentes de cada bloco de conteúdo com as diversas áreas (BRASIL, 1998, p. 307).

Embora os trechos analisados exemplifiquem certo avanço no tratamento e uma forma de inclusão do que diz respeito às homossexualidades, a proposta geral do documento não é esta. Colocar em evidência aspectos atrelados ao âmbito sociocultural da sexualidade faz parte de uma das propostas dos PCNs dedicados aos temas transversais, porém, a maior parte do documento está pautada em direcionar os educadores à conscientização da prática sexual segura.

Apesar de ser um assunto necessário para a abordagem com as crianças e os adolescentes, nossa problemática está em evidenciar as lacunas deixadas pelos documentos norteadores curriculares no trato no que concerne às questões LGBTQIA+ e suas possíveis consequências em âmbito social.

No trato do documento em questão, este capítulo está mais dedicado à abordagem sobre a saúde, a prevenção de gravidez na adolescência e a evitar o contágio de doenças sexualmente transmissíveis, com as devidas orientações para que esse tipo de situação não aconteça. Isso é evidenciado pela proporção em que em seus textos dedica a abordagem no campo da saúde dos jovens, apontando a escola como o local em que as informações complementares nesse quesito sejam trabalhadas em conjunto com toda a comunidade escolar, o que inclui os familiares, que devem ser responsáveis pelos seus filhos.

Dentre as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), o HIV e a AIDS são algumas das mais mencionadas, inclusive nos textos de apresentação e justificativa que ficam no início do capítulo. A AIDS, durante os anos 1980, como mencionado no capítulo anterior, ficou conhecida como a “peste gay” e pautas voltadas para ela eram associadas à comunidade homossexual, bem como o HIV.

Essa “fama” percorreu anos, mantendo-se forte durante a década de 1990, época em que os PCNs foram elaborados e publicados. Essa doença deu uma visibilidade pejorativa para a comunidade gay e, na atualidade, ainda existe esse estereótipo, mesmo que de forma mais sutil se comparado com 25 anos atrás.

Neste sentido, comparando com o percurso histórico que a educação sobre sexualidade passou no Brasil, a ênfase na saúde sempre esteve em evidência, tendo como prioridade a prevenção de doenças e infecções, em segundo plano, estando a gravidez devido à questão da maternidade.

Quando os homossexuais passam a tornar-se objetos de estudo desse campo, são vistos, da mesma forma, pelo viés da saúde, a princípio como patologia, como problema psicológico, e, por fim, como portadores do HIV/AIDS. Assim sendo,

o âmbito cultural é deixado para segundo plano, ou até mesmo não sendo evidenciado.

Na edição inteira, a palavra “homossexualidade” aparece seis vezes, sendo mencionada em diferentes tópicos propostos pelo documento. Tal fator esboça certa visibilidade do assunto em questão, tratando-se de um documento de mais de 20 anos, é um avanço importante para a comunidade LGBTQIA+. Porém, as outras letras pertencentes à sigla acabam não sendo mencionadas, deixando a critério do leitor a interpretação de incluí-las quando o documento refere-se a questões de gênero e da vivência da sexualidade em si.

Tendo isso em vista, o capítulo propõe uma série de valores que orienta os educadores a seguirem a fim de proporcionar um ambiente inclusivo e respeitador, com ênfase na diversidade e tolerância, entendendo que há mais de uma forma de se relacionar e de viver a sexualidade humana, entendendo também as construções sociais que foram feitas em torno dos papéis de feminino e masculino.

[...] respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano; • compreender a busca de prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana; • identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos [...] • reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas [...] • identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro (BRASIL, 1998, p. 311).

Os valores apresentados são os que mais se aproximam do que a presente pesquisa propõe-se a analisar. Embora nossa problemática gire em torno da invisibilidade do tema, os PCNs, de certa forma, não o torna invisível, pelo contrário, ele dá indícios de que esse assunto deve ser abordado e respeitado. Embora ele não se aprofunde em todas as especificidades que a sigla LGBTQIA+ necessita, como a questão da transexualidade e das travestis, que, geralmente, são os maiores alvos de agressões, o documento, por mais que deixe um entendimento por parte do leitor, de forma geral, tem uma proposta inclusiva.

Sendo assim, o livro sugere também critérios para que os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula sejam levados em consideração, pensando nos conteúdos de: corpo; relações de gênero; prevenção de doenças, com ênfase na AIDS. Dessa forma, os critérios levados em consideração são:

[...] relevância sociocultural, isto é, conteúdos que correspondam às questões apresentadas pela sociedade no momento atual; 316 •

consideração às dimensões biológica, psíquica e sociocultural da sexualidade, buscando contemplar uma visão ampla e não reducionista das questões que envolvem a sexualidade e o seu desenvolvimento no âmbito pessoal (BRASIL, 1998, p. 115–116).

Neste sentido, o documento apresenta um entendimento concernente à ideia de corpo e como ele relaciona-se com a sexualidade, por meio do aspecto biológico, mental e cultural, tendo algumas especificidades que são construídas socialmente devido à interação que os indivíduos possuem uns com os outros, como já tratado por Butler (1993).

A partir dessa diferenciação, vê-se que a abordagem deve ir além das informações sobre anatomia e funcionamento, pois os órgãos não existiriam fora de um corpo que pulsa e sente. O corpo é concebido como um todo integrado de sistemas interligados e que inclui emoções, sentimentos, sensações de prazer e desprazer, assim como as transformações nele ocorridas ao longo do tempo. Há que considerar, portanto, os fatores culturais que intervêm na construção da percepção do corpo, esse todo que inclui as dimensões biológica, psicológica e social (BRASIL, 1998, p. 317).

Expresso em outros termos, ao tratar sobre o corpo no ambiente escolar, o capítulo sugere uma abordagem ampla, que retrate emoções, prazeres e vontades, neste sentido, podendo incluir a sexualidade pelo aspecto das diferenças, afinal os jovens no processo de conhecerem seus corpos vão identificando o que gostam ou não.

Por fim, o livro traz um entendimento sobre as relações de gêneros, sendo as ideias de masculino e feminino como construções estabelecidas historicamente, que condicionam papéis a serem desenvolvidos socialmente pelos indivíduos. Como analisado por Louro (1997), a sexualidade e as relações de gênero estão presentes nas conversas, corredores e nas falas dos professores.

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero (BRASIL, 1998, p. 321–322).

Dessa forma, ao compararmos o percurso histórico do capítulo anterior com a chegada dos parâmetros, enfatizando o capítulo destinado aos temas transversais, um avanço importante na abordagem no que tange às homossexualidades e às

identidades sexuais foi feito, pois o documento esboça inserção do assunto não apenas pelo âmbito da saúde como até então estava sendo feito, mas também apresenta a perspectiva sociocultural como passível de análise.

Porém, é preciso levar em consideração que os Parâmetros Curriculares Nacionais, como diz em seu título, são parâmetros, ou seja, são orientações que são dadas para os estados e municípios colocarem em seus currículos, no entanto, por não ter um caráter legal, os conteúdos desse documento não são obrigatórios, sendo assim, muitas vezes, são encarados como sugestões. Sobretudo o que engloba aos temas transversais, que por se tratarem de algo esporádico, não havendo um momento específico para sua abordagem, pode dificultar ainda mais o trabalho em sala de aula dessa temática, com um debate curto ou até mesmo a não utilização dele.

Dessa forma, por mais que esse livro apresente noções do tratamento para as questões LGBTQIA+, o fato dele não ter sustentabilidade legal, fragiliza o debate da temática devido à sua não obrigatoriedade, e tratando-se de um tema considerado por muitos como polêmico, a arbitrariedade de escolha de seu tratamento, por vezes, será excluída, ou considerada como tendo sido cumprida.

3.3 BNCC e o apagamento do debate acerca da sexualidade

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que regulamenta as unidades temáticas a serem trabalhadas nas escolas públicas e privadas em nível federal. Esse documento tem caráter legal e, em seus textos, estão as abordagens que devem ser aplicadas nas escolas de forma obrigatória. A BNCC aborda as normas a serem seguidas pelo Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e o Ensino Médio.

A base nacional utiliza termos como competências e habilidades para dizer o que se pretende com a educação brasileira e elas podem ser entendidas como “um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que buscam promover o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões: intelectual, física, social, emocional e cultural” (FERNANDES, 2017, p. 7). A própria Base, destinada ao Ensino Fundamental, define-as da seguinte maneira:

competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e

socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017a, p. 6).

Da mesma forma que os Parâmetros, utilizaremos os documentos da BNCC destinados ao Ensino Médio e Ensino Fundamental para subsidiar a presente pesquisa, analisando a maneira como esses aparatos legais têm abordado ou não a sexualidade em seus textos finais.

Para responder a problemática que foi colocada na presente pesquisa a fim de identificar e comparar os avanços e lacunas presentes entre os PCNs e a BNCC no que diz respeito ao trato da diversidade sexual e a inclusão (ou exclusão) de sua abordagem em ambos os documentos, nos pautaremos em estudos de Ferreira (2015) e Carreira (2019), que retratam a insuficiência na abordagem referente ao tema no processo de elaboração da BNCC, indo ao encontro da hipótese aqui estabelecida, sobre a possível invisibilidade dessa temática. Tomamos, do mesmo modo, os escritos de Lopes e Moreira (2020) na análise do discurso, assim, realizando um cruzamento com os pensamentos de Foucault (2019).

Apesar da Base não ser uma imposição de currículo padrão, ela propõe as habilidades e competências mínimas a serem seguidas pelas escolas de todo o Brasil. Seu processo de elaboração contou com pesquisas públicas, demandas sociais e orientações governamentais que estavam em vigência naquele momento, portanto, não é um documento neutro e reflete consigo aspectos das disputas político-sociais de determinado contexto.

O impacto da BNCC nas práticas das escolas [...] não está imune às lutas político-discursivas que vêm constituindo subjetivações no cenário educacional de hoje. Ao contrário, a BNCC é um texto que tenta responder de algum modo a essas disputas políticas e sua apropriação pelas práticas escolares remete a novas traduções – imprevistas controláveis apenas de forma limitada, em função das relações de poder situadas. Tais traduções reativam disputas, tornando possível, mais uma vez, o jogo político democrático pelo qual se tenta ampliar espaços de poder (LOPES; MOREIRA, 2020, p. 294).

Essas disputas são consequências de discursos operantes na sociedade e, como proposto por Foucault (2019), se fazem presentes nas relações que são construídas entre os indivíduos, tendo a escola como um local de possível repercussão desses discursos, que podem ou não favorecer estruturas dominantes.

Gênero e sexualidade estão inseridos nessas disputas e, como analisado por Butler (1993), os discursos sobre o corpo e o sexo perpassam sociedade adentro.

Além disso, Foucault (1999) enfatiza o que é feito com esses corpos. Sendo assim, pelo viés educacional, a escola torna-se um local para o controle e doutrinação desses corpos.

Seguindo as orientações da LDB, a educação brasileira tem a proposta de valorizar os direitos humanos e superar quaisquer formas de preconceito. A BNCC é fundamentada nesse documento e em suas premissas salienta a necessidade de inclusão e da pluralidade de realidades (linguísticas, culturais, étnicas) que existem no país.

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais (BRASIL, 2018a, p. 15).

Embora o trecho selecionado exponha as diversidades existentes em nível nacional, não há menção específica para a sexualidade. Novamente tornando amplo o entendimento do leitor a respeito do que interpretar por diferenças, culturas e identidades. A versão atual e que está em utilização, promulgada em 2018, na íntegra, não menciona em momento algum os termos diversidade sexual ou homossexualidade, ao contrário de sua versão em 2016 que reafirmava que a educação básica para crianças e adolescentes se destina “[...] ao respeito e ao acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 2016, p. 33).

Já na primeira versão, promulgada em 2015, é possível identificar os termos gênero nos princípios norteadores gerais.

[...] desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas próprias qualidades, prezar e cultivar o convívio afetivo e social, fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, para que sejam apreciadas sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero, condição física ou social, convicções ou credos (BRASIL, 2015, p. 7).

Comparando as versões anteriores da Base com a atual, identificamos que o tratamento de questões que estão em torno do assunto da sexualidade foi suprimido, sendo um caminho contrário ao que a sociedade atual tem como pauta. Ao contrário de 30 anos atrás, as identidades sexuais se fazem mais presentes, inclusive no âmbito legislativo, que desde 2019 considera, como crime de racismo, atos de homofobia.

[...] a ausência de problematização e teorização acerca do conceito de diversidade e seu uso contínuo como retórica apenas gera especulações em torno das especificidades das demandas dos grupos aos quais esse termo se refere, assentando, dessa forma, um solo para disputas (FERREIRA, 2015, p. 306).

Por não estar presente na BNCC, é apontada a falta do debate que envolve a diversidade sexual nos currículos escolares, pois mesmo que a premissa principal seja o respeito, ao não deixar explícita a necessidade desse estudo em sala de aula e nas dependências escolares, o processo de formação dos jovens pode ser prejudicado, por não terem referências positivas acerca desse universo LGBTQIA+.

Ao contrário dos PCNs, a BNCC não possui edições específicas para cada componente curricular. O que diz respeito aos temas transversais, a base apresenta tópicos que chama de temas transversais contemporâneos, sendo eles: meio ambiente; economia; saúde; cidadania e civismo; multiculturalismo; ciência e tecnologia. Assim, o desdobramento da diversidade sexual pode se dar como um tópico dentro de alguns desses temas, mas não há uma orientação específica para isso.

Contudo, é perceptível a presença e valorização dos direitos, da promoção de uma educação cidadã e pensada para as várias culturas, mas isso se torna subjetivo à medida que está implícito o debate que valorize uma orientação sexual com ênfase nos aspectos identitários e culturais:

[...] as noções de igualdade e equidade previstas na Base orientam o currículo escolar a trabalhar com a possibilidade de uma democracia pautada na constituição e respeito aos direitos garantidos por meio de um consentimento social, ao mesmo tempo em que suavizam o conflito como face instituidora desse processo (LOPES; MOREIRA, 2020, p. 298).

Portanto, o discurso presente em tal documento tem caráter de amenizar as disputas em torno da sexualidade devido à forma que essa temática é suprimida de sua versão final e atual, pois embora os aspectos que valorizem a democracia estejam evidentes, o documento torna-se falho ao omitir as pautas necessárias que evocam aspectos das identidades sexuais.

Comparando o aparato legal destinado à formulação curricular – sendo ela, a BNCC – e outros documentos oficiais – como os PCNs –, percebemos que não houve avanço no que diz respeito às possibilidades da inserção do debate das questões LGBTQIA+ nos currículos escolares. Mesmo sendo um documento atual, a BNCC não apresentou, em sua versão final, as devidas menções à comunidade

homossexual, embora enfatize, em seu texto, uma preocupação com os princípios democráticos, respeito e valorização dos direitos humanos.

Já os PCNs, mesmo sendo documentos que remetem há mais de 20 anos, apresentam uma série de trechos que evocam a diversidade sexual e entendem-na como uma construção cultural. Historicamente, não há outros documentos que tratem da sexualidade como o caderno dos temas transversais abordou. Apesar desse tratamento, é importante frisar que seu objetivo maior era a prevenção de doenças e gravidez na adolescência. Outro ponto a ser levado em consideração é o fato de os parâmetros não fazerem parte da legislação, portanto, eles apenas norteiam a formação curricular, mas não torna obrigatória a composição do currículo com seus conteúdos.

Portanto, como apontado por Lopes e Moreira (2020), essa superficialidade do tratamento de uma educação que seja voltada para a diversidade, ainda se mostra insuficiente e reflete em seus textos oficiais a presença de um discurso dominante, que, seguindo o raciocínio de Foucault (2019), faz da escola um local que adentra de acordo com o discurso operante na sociedade.

Considerações finais

Tendo em vista que o objetivo geral deste trabalho tenha sido compreender os possíveis apagamentos da questão da diversidade sexual nos documentos norteadores curriculares da educação básica, e os objetivos específicos como o levantamento sobre como o âmbito acadêmico estava em relação à discussão acerca do universo LGBTQIA+, e considerando o percurso histórico passado por essa temática até os dias atuais, alguns pontos merecem destaque a título de conclusão.

A escola é uma instituição que faz parte da sociedade, é inserida em determinado contexto e tem sua função. A sexualidade e seus desdobramentos fazem parte do cotidiano escolar. Esse ambiente tem a possibilidade de reproduzir discursos já estabelecidos, ou colaborar para a inserção de novos, que incluam e valorizem as diferenças.

O poder e o controle estão presentes nesse ambiente como ferramentas do Estado para vigiar e disciplinar os corpos por meio de normas e do discurso, que pode ser fortalecido por meio do currículo, sendo ele um documento fruto de determinado contexto e sociedade que possui ideais e propósitos a serem passados adiante.

A diversidade sexual aqui foi encarada como um tema considerado como um paradigma emergente educacional, que advém de demandas e das novas formas de ser e viver apresentadas pela sociedade pós-moderna, que tem contestado verdades pré-estabelecidas sobre o gênero, sexualidade e o próprio corpo.

Assim, ao analisar as produções realizadas foi constatado que ao pesquisar sobre educação e sexualidade, é exposta uma defasagem no contexto educacional no que se refere ao ensino básico, devido a fatores que levam à falta de abordagem do tema em sala de aula, sendo eles receios dos próprios docentes, devido à sua complexidade que evoca questões religiosas, por exemplo, presentes na sociedade.

Apesar disso, a academia é vista como um ambiente amplo, em que inúmeras pesquisas envoltas nesse assunto foram e estão sendo produzidas, o que confirma o que foi debatido no primeiro capítulo, como apresentado no resultado da busca pela plataforma digital da CAPES. Sendo assim, há um aprofundamento maior no ensino superior no que se refere às produções científicas, devido às particularidades

dos pesquisadores e por ser também um ambiente mais propício a isso, ao contrário da educação básica, onde essas mesmas pesquisas indicam a ausência dessa temática e as possíveis consequências sociais que podem ser causadas pela falta do debate com as crianças e adolescentes.

O que vai ao encontro do que é analisado no segundo momento da dissertação, acerca da invisibilidade do tema sexualidade como uma construção cultural no âmbito educacional. Inicia-se como um viés trabalhado pela sexologia, mas não aprofunda nas vivências como identidades, como no caso da homossexualidade.

Por muito tempo, a área da saúde ficou responsável pelo tratamento dos assuntos destinados à homossexualidade, por ser encarada como patologia ou algum distúrbio psicológico, o mesmo acontece com o surto do HIV/AIDS. Tais fatores refletiram no campo da educação em âmbito federal, que passou a utilizar essa área como local para conscientização e prevenção da doença, o que pode ser considerado como um estereótipo.

Com os anos 2000 e a elaboração do programa Brasil Sem Homofobia, pensou-se a possibilidade de ampliar o campo de debate, porém, devido a setores conservadores no campo político e social, o projeto foi barrado e não pode realizar, de fato, o que estava propondo com a distribuição do material a fim de ampliar o conhecimento sobre o tema tanto para os professores quanto para os alunos.

Identificamos, então, a presença de um discurso ligado a valores tradicionais que evocam a heteronormatividade e princípios religiosos, que dificultam que os grupos que fogem a esses elementos tenham o devido reconhecimento.

A introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais, no final dos anos 1990, esboçou um avanço no trato da sexualidade, pois, em alguns trechos, é possível identificar a menção a termos como homossexualidade e formas diversas de viver a sexualidade. Embora o documento não trate especificamente de outros grupos presentes na sigla LGBTQIA+, ele também enfatiza aspectos de preocupação com uma prática sexual saudável que evite doenças e gravidez, ou seja, a diversidade sexual não é o principal foco, mas, ainda assim, apresenta essa problemática. Porém, como não se trata de uma lei, não há obrigatoriedade em seguir à risca o que ele orienta.

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que permeia os anos de 2017 a 2019, sendo algo bem contemporâneo. Ela evoca, em seus textos, a

necessidade de uma educação que valorize a pluralidade cultural e que tenha os princípios da cidadania, porém, não apresenta, em trecho nenhum, menções acerca da sexualidade ou outros elementos presentes na sigla LGBTQIA+.

O primeiro capítulo apresentou o avanço positivo no âmbito acadêmico acerca das pesquisas destinadas a temática da diversidade sexual e educação, confirmando que os estudos nas universidades atualmente, estão mais receptivos a esta abordagem, porém, o percurso para esta conquista foi longo e como visto no capítulo seguinte, no que diz respeito a educação básica, a abordagem da sexualidade como aspecto cultural não foi considerada como um assunto de destaque. Assim sendo, as bases para a análise da hipótese da ausência histórica no âmbito educacional são expostas e confirmadas, indo ao encontro do que é discutido no último capítulo, o qual comparamos dois documentos norteadores curriculares e a maneira como a temática em questão tornou-se invisibilizada.

Podemos concluir que a hipótese levantada sobre a invisibilidade do tema é confirmada, pois os documentos norteadores curriculares ao fazerem essa abordagem não aprofundam e nem dão indícios de uma educação que valorize as identidades sexuais, como no caso da BNCC, que, mesmo sendo um documento atual, suprimiu essa temática e, em comparação com os PCNs, estes, mesmo sendo de décadas passadas, ainda esboçam reconhecimento de outras formas de sexualidade, porém, a sua não obrigatoriedade impede que haja um esforço eficaz para que o tema esteja presente nos currículos escolares.

Portanto, o percurso histórico dessa temática evidencia que a forma como os discursos operam na sociedade impediu que a abordagem a respeito da diversidade sexual fosse, de fato, aplicada na educação básica de forma que valorize os grupos os quais fazem parte dela. O que vai ao encontro do que já foi mencionado sobre a repercussão de práticas homofóbicas, pois, ao não incentivar a aceitação e o conhecimento das diferenças, aqueles que fazem parte da norma tendem a continuar a segregar os que são considerados como minoria.

Neste sentido, entendemos a necessidade de adaptação dos aparatos legais que norteiam os currículos escolares a fim de garantir a inclusão do assunto em questão para superar atos de preconceito e agressão contra a comunidade LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. **Lei de Plano Nacional de Educação**, PNE 13.005/2014.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB**: Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**: Temas Transversais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. **Termo de referência**: instruções para apresentação e seleção de projetos de formação de profissionais da educação para a promoção da cultura de reconhecimento da diversidade sexual e da igualdade de gênero. Brasília: SECAD/SDH, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2017a.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.
- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, G. L. (org.). **O Corpo Educado**: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CAMPOS, P. F. S. O ensino, a história e a lei 10.639. In: **História & Ensino**. Londrina, v. 10, p. 41-52, out. 2004.
- CARREIRA, D. Gênero na BNC: dos ataques fundamentalistas à resistência política. In: CASSIO, F.; CATELLI JR., R. (org.). **Educação é a base?**: 23 educadores discute a BNCC. São Paulo: Ação Educativa, 2019.
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?:** movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Campinas: Unicamp, 2002.

FACCHINI, R. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT. *In: GREEN, J. N. (org.) et al. História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 311–330.

FERREIRA, W. B. O conceito de diversidade no BNCC. Relações de poder e interesses ocultos. *In: Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 299–319, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/educacao-como-fonte-e-forma-de-poder>. Acesso em: 14 jul. 2022.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREITAS, M. A. R. **Purpurina na terra do cangaço: refletindo a homossexualidade na escola**. 2009. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009. Disponível em: http://www.ded.ufla.br/generosexualidade-ei/imagens/purpurina_na_terra_do_cangaço.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GREEN, J. N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Unesp, 2000.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOBBS, T. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

JOCA, A. M. **Diversidade sexual na escola: um problema posto a mesa**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008.

LIMA FILHO, G. D.; TROMPIERI FILHO, N. A educação como fonte e forma de poder. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, n. 11, 2013.

LOPES, A. C; MOREIRA, N. Em nome da democracia: igualdade, diversidade e equidade na BNCC do ensino médio. *In: RODRIGUES, A.; CAETANO, M.; SOARES, M. C. S. Queer(i)zando currículos e educação: narrativas do encontro*. Salvador: Devires, 2020, p. 292–307.

- LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MACHADO, G. E. **Imaginário social e formação continuada**: o olhar para as discussões de gênero, etnia e diversidade sexual. 2018. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16359/DIS_PPGEDUCACAO_2018_MACHADO_GABRIELLA.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.
- MAGALHÃES, R. C. B. P.; RUIZ, E. M. Estigma e Currículo Oculto. *In: Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.17, p.125-142, maio–ago., 2011.
- MOREIRA, A. F. B; SILVA, T. T. (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1997.
- NUNES, J. F. **Gênero e diversidade sexual na escola**: entre programas educacionais e convicções religiosas. 2018. Universidade de Uberaba, Uberaba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uniube.br/handle/123456789/1082>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- PAMPLONA, R. S. **O kit anti-homofobia e os discursos sobre diversidade sexual**. 2012. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2639/4753.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- PEDERSEN, M. **Heteronormatividade e homofobia na escola**: intersecções entre o ensino de sociologia e a educação sexual para o combate à homofobia. 2020. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/202208/pedersen_m_me_mar.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.
- PEREIRA, F. D. S. **Corpos controlados, práticas costumeiras**: homofobia e violência na escola. 2012. Universidade Tiradentes, Aracaju, 2012. Disponível em: <https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/bitstream/handle/set/1018/DISSERTA%C3%87%C3%83O-CORPOS-CONTROLADOS-PR%C3%81TICAS-COSTUMEIRAS.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e Classificação Social. *In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73–118.
- QUINALHA, R. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- QUINALHA, R; GREEN, James N.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.
- REIS, G. V. **Sexologia e educação sexual no Brasil nas décadas de 1920–1950**: um estudo sobre a obra de José de Albuquerque. 2006. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90330/reis_gv_me_arafcl.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

RIBEIRO, P. R. M. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

RIBEIRO, P. R. M. Os momentos históricos da educação no Brasil. *In*: RIBEIRO, P. R. M. **Sexualidade e educação**: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & ciência, 2004. p. 15–26.

ROCHA, K. A. **Da política educacional à política da escola**: os silêncios e os sussurros da diversidade sexual na escola pública. Unesp. Marília, 2012.

RODRIGUES, A.; CAETANO, M.; SOARES, M. C. S. **Queer(i)zando currículos e educação**: narrativas do encontro. Salvador: Devires, 2020.

SANTOS, F. M. S. **O currículo do estado de São Paulo e a educação sexual**: uma análise sobre a produção de sentido das sexualidades. Araraquara: Unesp, 2016.

SACRISTAN, J. G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SCOTT, J. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *In*: **The American Historical Review**, The University of Chicago Press, v. 91, n. 5, dez. 1986.

SENA, F. A. C. **Violência simbólica em instituições escolares**: sua repercussão na formação do habitus de homossexuais masculinos. 2011. (Mestrado em educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

SILVA, E. A. **Filosofia, educação e educação sexual**: matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de Freud, Reich e Foucault para a abordagem educacional da sexualidade humana. Campinas: Unicamp, 2001.

SILVA, E. R. F. A. **A educação sexual no currículo da rede estadual de ensino de São Paulo**. Araraquara: Unesp, 2016.

SILVA, F. A. F. **Consensos e dissensos sobre a diversidade sexual e LGBTfobia na escola**: quem fala, quem sofre, quem nega. 2019. Dissertação (Pós-graduação em Educação Contemporânea) — Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/36147/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Filipe%20Antonio%20Ferreira%20da%20Silva.pdf>. Acesso em 21 ago. 2021.

SILVA, J. A. **Diversidade sexual na educação de jovens e adultos (EJA)**: limites e possibilidades da efetivação do direito à educação. 2016. Tese (Pós-graduação em Educação) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AQPQU3/1/tese_doutorado_jerry_adriani_da_silva.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

SILVA, T. T. **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

SOMMERMAN, A.; MELLO, M. F.; BARROS, V. M. (org.). **Educação e transdisciplinaridade II**. São Paulo: TRIOM, 2002.

SOUSA, R. C. S. **“Se eu pudesse escolher, não seria...”**: um estudo sobre diversidade sexual, os desafios de acolhimento na escola e as práticas pedagógicas da sociologia no ensino médio. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional) — Universidade Federal do Ceará, Juazeiro, 2020. Disponível em:
<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/584547/2/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20RICHELLY%20VERS%c3%83O%20FINAL%20MAIO-1.pdf>. Acesso em 20 ago. 2021.

SOUZA, D. G. **Diversidade sexual e de gênero no ensino de história: encontros e desencontros entre a transversalidade e disciplinaridade**. 2020. Dissertação (Mestrado em ensino de história) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

UNESCO. **Declaração universal sobre a diversidade cultural**. [S. l.]: ONU, 2002.

VIANNA, C. P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *In: Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, jul./set. 2015.

VIEIRA, H. É. S. **A construção dos saberes docentes: um olhar sobre as experiências de professores da disciplina de história acerca da temática de diversidade sexual**. 2014. Dissertação (Pós-graduação em Educação Escolar) — Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115932/000809831.pdf>. Acesso em 28 ago. 2021.